

Tribuna Operária

ANO VI — Nº 220 — DE 10 A 16 DE JUNHO DE 1985

Cr\$ 1000

Vêm à luz os podres do SNI

O cadáver de Alexandre Baumgarten se vinga de seus assassinos. Inquérito no Rio envolve generais e coronéis do SNI em trama digna da Máfia. Pág. 3

Quem tem medo da Reforma Agrária

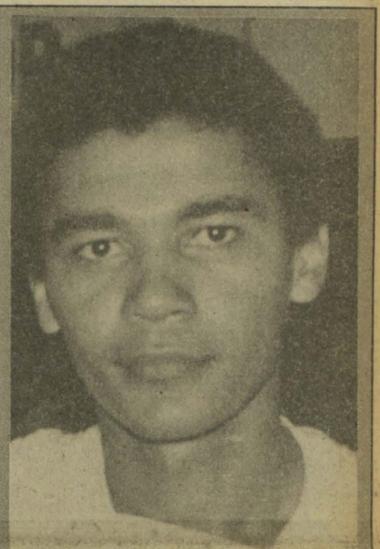
O plano do governo, seus prós e contras e o porquê da furiosa reação que ele provocou entre os senhores de terras. Página 5

Latifundiários surpreendidos pelas ocupações

A posição dos camponeses: serve como primeiro passo mas só se levar em conta as exigências do Congresso da Contag. Pág. 6

Mais de 32 mil famílias sem terra na região

Duas mil famílias em Santa Catarina partem para resolver o problema por conta própria e ganham promessa de terra. Pág. 10



Edmundo: condenado pelo latifúndio

Latifúndio manda matar vereador dos camponeses

Edmundo Galdino, jovem, negro, vereador mais votado de Araguaina, no norte de Goiás, foi atingido por três tiros e pode ficar paraplético. Pág. 4.



Foto: F. Gualberto

Partidos políticos, entidades democráticas e populares na inauguração

Brasília inaugura sede do PC do B com festa

Mais de 500 pessoas participaram da festa que marcou a inauguração da sede do Partido Comunista do Brasil. Pág. 3

EDITORIAL

Apelo à violência

Quem apóia de fato e quem sabota a democracia? Quem usa e abusa da violência para impor seus pontos de vista, rompendo inclusive as normas legais? Quem recorre até ao assassinato para defender seus privilégios, acima dos interesses da nação e da maioria da população? E quem, apesar destas práticas criminosas, acusa os outros de serem "contra a democracia e favoráveis à violência"?

A resposta vem diretamente dos fatos: o presidente do Gebam (Grupo Executivo do Baixo Amazonas) denunciou que os fazendeiros do Sul do Pará estão comprando Cr\$ 5 bilhões em armas importadas para impedir o plano de Reforma Agrária do governo, baseado no Estatuto da Terra. Pistoleiros a serviço da oligarquia rural tentaram assassinar a tiros o vereador Edmundo Galdino, lutador incansável em defesa dos direitos do povo e dos camponeses no norte de Goiás. O general Otávio Medeiros, ex-chefe do SNI no governo Figueiredo e atual comandante militar da Amazônia, declarou acintosamente, referindo-se às greves dos trabalhadores em diversas categorias, que "cacete não é santo mas faz milagres". Dezenas de líderes do sindicalismo rural como o "Gringo", Benezinho, Margarida Maria, Nonatinho, Eloy, José Cicero, foram assassinados por paus-mandados dos latifundiários nos últimos anos. Centenas e centenas de democratas foram barbaramente torturados e mortos pelos DOI-CODI durante o período da ditadura militar. Os serviços de informação, tendo à frente o SNI, estão evidentemente envolvidos no assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten. Da mesma forma, é difícil alguém acreditar que a Secretaria de Segurança de Brasília não tenha responsabilidade na morte do jornalista Mário Eugênio. E por aí vai. A lista ocuparia páginas e páginas.

As classes dominantes sentem dificuldades em conviver com a democracia. Embora tenham os

governos nas mãos e façam as leis de acordo com seus interesses, violam seguidamente a legalidade quando sentem seus privilégios ameaçados. Praticam crimes vergonhosos contra os direitos humanos, recorrem à força bruta a todo momento. E depois berram, ameaçadoras, que "os comunistas não podem conviver com a democracia" — usando a velha artimanha do larápio que corre e grita "pega ladrão".

O problema é que a sociedade não comporta leis que digam abertamente o que as oligarquias gostariam. Mesmo defendendo vantagens especiais para os poderosos a lei precisa, formalmente, assegurar direitos iguais para todos. E, apoiados nisto, os oprimidos acabam encontrando meios para fazer pressões por maiores salários, por melhores condições de vida, por eleições livres, etc. Esta luta do povo se choca com o sistema de opressão montado pelas classes dominantes, que não estão dispostas a ceder um milímetro dos seus superlucros, dos seus latifúndios, das suas riquezas fabulosas acumuladas com o sangue e o suor dos trabalhadores — e que, para garantir seu domínio, apelam para o "cacete".

O incentivo do general Medeiros à violência, a gritaria histérica contra os planos do Ministério da Reforma Agrária e contra as tentativas do Ministério do Trabalho de elaborar uma nova Lei de Greve, demonstram a absoluta resistência das classes dominantes ao progresso, à liberdade e aos direitos do povo. Mostram que elas falam em mudanças mas pretendem limitá-las a alterações de fachada, conservando o conteúdo velho.

Urge que os autênticos patriotas e democratas, as forças progressistas, as camadas populares, em especial os trabalhadores, se unam para dar respaldo político às mudanças e para garantir as iniciativas positivas tomadas pelo governo Sarney para colocar em marcha a Nova República.



Brasil adota orientação diplomática mais aberta

O reatamento de relações com Cuba, uma política de maior aproximação com a Nicarágua e a troca de embaixadores com a Albânia estão na ordem do dia. Página 2

Bairros do Rio se unem no Congresso da Famerj

Resoluções avançadas e uma nova diretoria de unidade foram o resultado do 2º Congresso da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. Página 7



Foto: César Diniz

A exposição está montada no início do Viaduto do Chá

Povo debate nas ruas a luta pela Constituinte

CDM
Centro de Documentação e Memória
Exposição em São Paulo sobre as Constituições e ponto para debate sobre a luta do povo por liberdade. Página 9
Fundação Maurício Grabois

Discurso anti-OTAN dá votos para Papandreu

Os "socialistas" liderados por Andreas Papandreu venceram as eleições parlamentares realizadas este fim de semana na Grécia. Seu discurso anti-OTAN e antiamericano parece ter empolgado os eleitores, que podem conferir ao PASOK (Partido Socialista Pan-helênico) até 160 das 300 cadeiras em disputa. Mas a irritação de Washington e os temores de que o país se afaste do bloco ocidental não parecem totalmente justificados.

A Grécia é um país estratégico dentro do esquema de defesa europeia da OTAN. Seu território controla a passagem do Mediterrâneo para o Mar Egeu e inclui inúmeras ilhas neste último e no Mar Jônico. Não por outra razão, os EUA mantêm no país quatro grandes bases e outras 20 instalações militares, num total de cerca de quatro mil soldados.

Retórica antiamericana

Desde que foi escolhido para chefiar o primeiro gabinete "socialista" após a derrubada dos coronéis, Papandreu vem adotando um discurso agressivo frente à OTAN e às bases norte-americanas. Seu governo chegou mesmo a proibir, recentemente, que manobras do pacto militar ocidental se realizassem nas águas territoriais do país.

Esta postura independente tem valido alguns êxitos importantes ao PASOK. A população grega, insatisfeita com a presença militar dos EUA na Grécia, já demonstrou sua oposição em diversas manifestações de protesto. A própria vitória de Papandreu nas eleições de 1981 foi uma forma de avisar aos países da OTAN que os gregos preferem a neutralidade.

Crise econômica

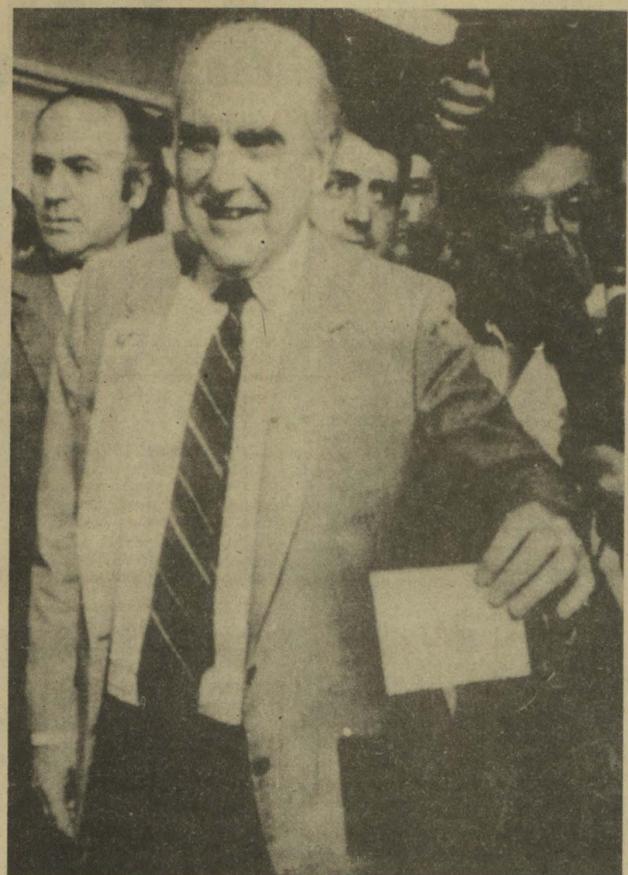
A principal base dos votos do PASOK, porém, veio do eleitorado camponês. Este resultado se mostra "sui generis" em matéria de Europa, já que tradicionalmente o interior vota com os conservadores e as grandes cidades, em especial as operárias, com a esquerda. Mas há explicações. Papandreu atacou também duramente a Comunidade Econômica Europeia e conseguiu a elevação das cotas de exportação de produtos agrícolas gregos.

Nas cidades, por outro lado, quem cresceu foram os conservadores. O gabinete de Papandreu não conseguiu reduzir o desemprego, que atinge 10% da mão-de-obra do país. A inflação se situa em 18% ao ano, uma das mais altas da Europa, e compõe, ao lado da dívida externa de 13 bilhões de dólares (9 bilhões quando o PASOK assumiu o poder), o quadro da crise econômica.

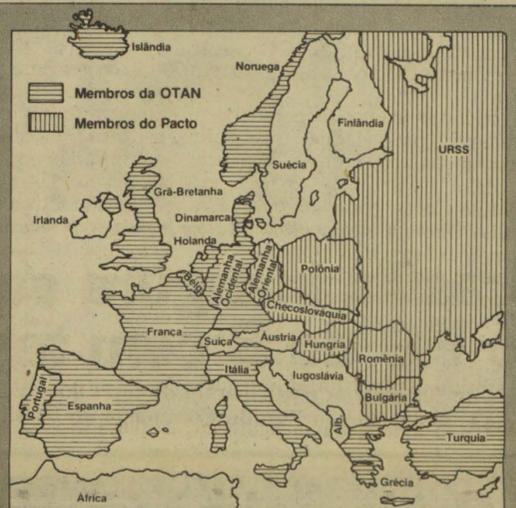
Nenhuma ameaça real

Andreas Papandreu e o PASOK são tão ligados à Internacional Socialista quanto Mitlerand, Felipe Gonzales e Mário Soares, tidos como fiéis aliados dos americanos. Sua posição aparentemente destoa do alinhamento da social-democracia com o bloco ocidental, mas tem razões regionais. Tanto a OTAN quanto a CEE vêm-se aproximando bastante da Turquia, vizinha e rival da Grécia (basta lembrar a questão de Chipre). O antiamericanismo de Papandreu, além de resultados eleitorais, pretende dar um "chega para lá" na Turquia e assegurar as posições gregas na Península Balcânica.

(Silvio Queiroz)



Papandreu: resistência às bases norte-americanas na Grécia



Pactos contra os povos

Duas organizações agressivas existentes para servir aos interesses dos países imperialistas e social-imperialistas. Assim pode ser resumido o papel que desempenham, hoje, no mundo, a OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte) e o chamado Pacto de Varsóvia.

A OTAN, criada em 4 de abril de 1949, no período da "guerra fria", nasceu sob o signo de um feroz anticomunismo — através de acordos entre os Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Islândia e Portugal (atualmente, além desses países, também participam da OTAN a Alemanha Ocidental, Canadá, Turquia e Espanha).

Reúne, como se vê, os países capitalistas do intitulado bloco ocidental. Surgiu com o pretexto de assegurar a "segurança coletiva" dos seus integrantes. O real motivo de sua constituição, porém, foi a agressiva intenção de deter o "perigo comunista" então representado no enorme prestígio adquirido pela União Soviética após a Segunda Guerra Mundial e

na formação das democracias populares em vários países do leste europeu. O ex-presidente norte-americano Harry Truman chegou a iniciar preparativos para um "revide atômico" contra a URSS.

Hoje, a OTAN é peça básica nas disputas imperialistas entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Já o Pacto de Varsóvia (atualmente integrado pela URSS, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia) foi criado em 1955. Inicialmente possuiu o caráter de uma organização militar defensiva. A ascensão dos revisionistas ao poder na União Soviética, com a consequente restauração do capitalismo nesse país, aos poucos imprimiu-lhe um novo conteúdo, marcadamente social-imperialista. Isso ficou evidenciado em 1968, quando a Tchecoslováquia foi invadida por tropas da URSS, Alemanha Oriental, Bulgária e Hungria, ocasião em que a Albânia Socialista rompeu com aquela organização, da qual até então era membro.



Em 1963, os brasileiros realizavam atos de apoio a Cuba e denunciavam o golpe que se avizinhava

Romper com seguidismo aos ditames dos EUA

Após 21 anos, o Brasil está para voltar a ter relações diplomáticas com Cuba. Rompidas pelos generais logo após o golpe de 1º de abril de 1964, obedecendo aos ditames do imperialismo ianque — que promoveu a quartelada no Brasil e o cerco à ilha no início dos anos 60 —, não há o que justifique a falta de intercâmbio dos dois países.

O povo cubano realizou uma revolução democrática e antiimperialista em janeiro de 1959. Com a ascensão de Fidel Castro e os guerrilheiros de Sierra Maestra ao poder, os Estados Unidos sofreram um vigoroso golpe em seus projetos hegemônicos sobre a América Latina. Com a promoção da reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras que espoliavam o país (principalmente norte-americanas), a revolução cubana avançou no caminho de transformações que atendiam aos interesses populares. Ao mesmo tempo, o novo governo da ilha manifestava seu apoio às lutas libertadoras travadas no continente americano.

Os Estados Unidos não assistiram a isso passivamente. A exemplo do que fazem agora com a Nicarágua, financiaram a contra-revolução, tramaram complôs, realizaram provocações. Kennedy e depois Lyndon Johnson promoveram invasões e instigaram o bloqueio econômico à ilha. Governos mais serviais aos ditames ianques seguiram à risca as instruções da Casa Branca. Mas outros países mais soberanos — como o Brasil à época — assumiram abertamente o respeito ao direito de o povo cubano ser dono do próprio destino.

O governo Goulart, no Brasil, tinha boas relações com o governo de Fidel Castro. O povo brasileiro, por seu lado, promovia manifestações repudiando as agressões ianques à ilha e apoiava seu povo. Mas o golpe militar bloqueou de maneira dramática essa situação. As manifestações populares foram cruelmente reprimidas.

No dia 13 de maio de 1964, os militares enviaram a Cuba nota onde afirmavam que o país, devido às suas posições antiimperialistas, não podia mais "participar no sistema interamericano"! O governo norte-americano imediatamente aplaudiu a ação de Castello Branco: "Estamos satisfeitos com a decisão tomada pela República irmã de romper com o regime cubano", afirmou o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Robert McCloskey.

Agora, com a vitória do povo sobre os generais, com a retomada de um curso democrático para o Brasil, não há o que justifique a manutenção da medida tomada pelos golpistas a mando dos EUA. A Nova República deve assumir uma política externa independente, soberana, que corresponda aos interesses da nação brasileira.

Mas também neste assunto a luta entre os que querem danças, querem o avanço do

país, e os que pretendem a permanência da política dos militares existe. Apesar de Cuba ter abandonado as posições revolucionárias, os setores mais reacionários ainda se levantam contra o reatamento das relações Brasil-Cuba. Alegam que a ilha nada tem a oferecer ao Brasil, que a medida poderia até mesmo ter "eventuais implicações sobre a segurança nacional".

Quanto à alegação de que haveria implicações de segurança nacional, a se levar a sério tal argumento seria preciso, imediatamente, romper relações com os Estados Unidos! Afinal, a Casa Branca já interferiu inúmeras vezes na vida de nosso país, tramando até mesmo o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart. Mesmo agora, o sub-secretário para assuntos da América Latina dos EUA, Anthony Motley, meteu o bedelho nos assuntos de nosso país, desaconselhando o reatamento com Cuba.

Na verdade, a Nova República não pode continuar com a política do velho regime que se vangloriava de considerar bom para o Brasil "o que é bom para os Estados Unidos". O reatamento com Cuba, uma política mais corajosa de aproximação com a Nicarágua, e mesmo a troca de embaixadores e um intercâmbio econômico e cultural com a Albânia Socialista será benéfico para o nosso povo e também para as nações irmãs que, respeitando a autodeterminação dos povos, só têm a ganhar com o apoio recíproco ao progresso e à luta antiimperialista.

(Carlos Pompe)



As tramas ianques contra a ilha eram repudiadas na praça, antes do golpe militar de 1964

New York Times revela plano de invasão militar na Nicarágua

Agora não é o governo sandinista, mas o próprio New York Times, órgão oficial da Casa Branca, que afirma: os EUA estão prontos para invadir a Nicarágua. O Comando Sul dos Estados Unidos já tem tudo preparado. Segundo seus estudos, em duas semanas teria aprisionado 1,6 milhão, dos 2,8 milhões de nicaragüenses. Para evitar baixas — já que prevêem uma resistência sem limites do povo de Sandi-

no —, os ianques realizariam o bombardeio aéreo maciço do país. E para vencer as resistências do povo norte-americano ao envio de tropas ianques para essa aventura militar, utilizariam soldados de Honduras e El Salvador como bucha de canhão contra os sandinistas.

PROVOCAÇÕES NAS FRONTEIRAS

Para criar clima propício à

intervenção, os EUA açulam seus fantoches contra a Nicarágua. Helicópteros e aviões provenientes de Honduras e Costa Rica violam a fronteira com a Nicarágua, buscando criar incidentes. A Costa Rica, inclusive, se diz vítima de uma agressão que teria ocorrido em 31 de maio, quando dois guardas foram mortos e nove ficaram feridos em confronto com tropas sandinistas.

Estude o marxismo-leninismo

STÁLIN
 Materialismo dialético e materialismo histórico - 6.900
 Fundamentos do leninismo - 13.800
 O marxismo e o problema nacional e colonial - 10.000
 Problemas econômicos do socialismo - 10.000

JOÃO AMAZONAS
 Socialismo, ideal da classe operária - 5.000
 O revisionismo chinês de Mao Tsé Tung - 4.000
 O trotskismo, corrente política contra-revolucionária - 500

ENVER HOXHA
 Relatório ao 8º Congresso do Partido do Trabalho da Albânia - 3.000
 História do Partido do Trabalho de Albânia - 15.000
 Discurso aos eleitores - 2.000
 Reflexões sobre China - 2 volumes - cada 10.000

OUTROS AUTORES
 Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher - Luísa Moraes e textos de Marx, Engels, Lênin e Auguste Bebel - 5.000

História da riqueza do homem - Leo Huberman - 28.000
 A questão agrária - Kautsky - 14.500
 Princípios fundamentais do marxismo - Plekhánov - 12.500
 Os dez dias que abalaram o mundo - John Reed - 26.500
 Marx, o homem, o pensador e o revolucionário - vários autores - 15.500
 Itinerário de lutas do PC do Brasil - 3.000
 O Brasil de hoje do ponto de vista popular - 3.000
 Socialismo na Albânia - Jaime Sautchuk - 21.000
 História da Ação Popular - Haroldo Lima e Aldo Arantes - 21.000
 História do Partido Bolchevique da URSS - 5.000
 Pela poesia do povo - Antônio Cassemiro - 5.000

REVISTA PRINCÍPIOS
 nº 10 - 6.000; assinatura anual - quatro números - 22.000

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, por reembolso postal, em qualquer agência de correios, no endereço: Rua da Condição, 114, São Paulo, SP, CEP 01317, fone: 54-0669.

Centro de Distribuição da Fundação Maurício Grabois

O gangsterismo dos generais revelado por Baumgarten

Voltou à tona o escabroso "caso Baumgarten". Revelam-se nele alguns aspectos do gangsterismo do regime militar implantado em 1964 no país. Corrupção, truculência, assassinatos e, sobretudo, a absoluta certeza da impunidade a incentivar os crimes mais hediondos.

Em especial, este escândalo possui o mérito de evidenciar o papel ignóbil de instituições como o Sistema Nacional de Informações, o famigerado SNI, peça essencial à estrutura de poder montada pelos generais. Também compromete a Polícia Federal, usada nos últimos 21 anos para intimidar o povo, encobrir e patrocinar roubos e assassinatos.

ENVOLVIDOS

Na terça-feira, 24, o general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI, prestou um longo depoimento ao delegado Ivan Vasques, da polícia fluminense, encarregado de investigar o crime. Cruz é um dos militares implicados. Mas não é o único.

O intitulado "caso Baumgarten" é um complexo episódio de corrupção, que culminou no assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten — ex-editor da revista *O Cruzeiro*, que relançou, por instrução do SNI com o propósito de restaurar a desgastada imagem do regime militar.

No dia 25 de outubro de 1982 o corpo do jornalista foi encontrado em uma praia carioca. Tinha sido assassinado com três tiros e trazia no bolso, bem protegida, a carteira de identidade, recado dos assassinos, que procuraram deixar bem clara a intenção de fazer o mesmo a tantos quantos ousassem interferir no caso. Um episódio que revela a sensação de absoluta impunidade e propotência dos autores do crime.

Baumgarten havia acumulado enorme conhecimento da estrutura erguida pelos generais. Sabia demais, inclusive que estava condenado à morte. Por isso escreveu um longo dossiê, revelando todas as tramóias relacionadas com a revista *O Cruzeiro* e o escândalo Capemi, ambos umbilicalmente ligados. Produziu, ainda, uma novela, *Yellow Cake*, não menos reveladora. Os dois documentos constituem a principal fonte para desvendar o "caso". No dossiê, escrito em 1981, Baumgarten denunciou: "Nesta data é certo que a minha extinção física já foi decidida pelo Serviço Nacional de Informações. A minha única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro-chefe do SNI, general Otávio Aguiar de Medeiros, ou se ficou no nível do chefe da Agência Central do SNI, general Newton Araújo de Oliveira Cruz".

TORTURADO NA PF

A investigação que vem sendo levada a efeito pelo delegado Ivan Vasques indica que, antes de ser morto, Baumgarten foi seqüestrado e permaneceu encarcerado durante cerca de oito dias no 3º andar da Polícia Federal no Rio de Janeiro, onde foi torturado para "entregar" os nomes dos destinatários do seu dossiê.

O seqüestro teria se desenvolvido dentro da chamada "Operação Dragão", coordenada pela cúpula do SNI, tendo à frente os coronéis Ary Aguiar Freire, ex-chefe da agência de operações do SNI no Rio, e Ary Pereira Carvalho, também ex-integrante da "comunidade de informações".

Uma das particularidades do "caso Baumgarten" é a sua transparência, a abun-

Medeiros acuada não quer depor; o retrato falado de um matador, figura parecida com o amigo do general Cruz



Foto: Orlando Brito



Foto: Luiz Antonio Ribeiro



Foto: Dilmar Cavalher

dância de evidências do envolvimento do SNI e de vários militares de alta patente no assassinato do jornalista e nas tramóias com a revista *O Cruzeiro* — essas admitidas mesmo pelos generais Cruz e Medeiros. O dossiê e a novela escritos pelo finado nomeiam um a um os responsáveis e há diversos testemunhos que apontam no mesmo rumo.

Todavia, de uma forma

geral os chefes militares não desejam que a verdade venha à tona e muito menos admitem que os responsáveis sejam punidos pela Justiça. O comandante do 1º Exército, general Haroldo Tavares Alves, chegou a fazer declarações ameaçadoras: "Querem levar o Exército ao banco dos réus", esbravejou. O coronel Helvécio Silveira Leite, que vinha dando detalhes do crime à imprensa, foi "aconselhado" a se calar. Nem mesmo ao general Newton Cruz, que em seu depoimento chamou-o de "mentiroso", o coronel pôde responder publicamente.

O ex-chefe do SNI, atual comandante militar da Amazônia e membro do Alto Comando do Exército, general Otávio Medeiros, por sua vez, só vai depor em Manaus, através de carta precatória, por imposição dos militares. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima, chegou a citar Tancredo Neves que, segundo ele, havia prometido "não desenterrar nenhum assunto do passa-

do". No Rio, alguns chefes militares ensaiaram a elaboração de um panfleto "denunciando" o "revanchismo". O delegado Ivan Vasques, que vem conduzindo o inquérito e manifesta disposição de esclarecer o crime, além de asperamente criticado em vários níveis, foi ameaçado de morte. O coronel Dixon Melges Graef, também interessado em que a verdade dos fatos seja descoberta, está sofrendo pressões de toda ordem para engavetar a investigação que fez sobre o caso.

Enquanto isso, os assassinos continuam transitando livremente. No dia 22 de março, já na Nova República, eles mataram o major Luis Bernardes de Carvalho, com dois tiros na cabeça, no Rio. Carvalho estava disposto a contar "tudo" sobre o "caso Baumgarten". Um dos seus assassinos, segundo um retrato falado produzido pela polícia, parece ser o mesmo que foi fotografado junto ao general Newton Cruz durante um comício do PDS em 1982, no Rio.

Já os coronéis Ary Aguiar Freire e Ary Pereira de Carvalho foram mantidos pelo SNI com dois pomposos cargos de adidos do "Serviço" no exterior — o primeiro "serve" em Genebra, na OIT; o segundo está lotado na Embaixada brasileira em Buenos Aires. Não se sabe de que órgão do governo são funcionários mas é fato que recebem dos cofres públicos salários que oscilam em torno de 6 mil dólares (cerca de Cr\$ 48 milhões).

Durante o regime militar, o SNI chegou inclusive a indicar o delegado encarregado pela "investigação" do crime, João Kepler Fontenelle, que permaneceu no cargo até 1983. Hoje o inquérito está sendo tocado dentro do novo clima que a nação respira, mas as ameaças, chantagens e assassinatos, os velhos métodos, não foram abandonados. Os generais ainda mantêm posições-chave na estrutura do poder, detendo o controle de aparelhos criados pelo regime, como o SNI. E permanecem com o mesmo espírito truculento, aliado a uma enorme capacidade de pressão.

Ao povo interessa que esse crime seja rigorosamente apurado e os responsáveis punidos. Não cabe aqui uma análise das crimes ameaças golpistas.



A nova sede do PC do B fica próxima à Rodoviária de Brasília

Festa na inauguração da sede do PC do B na capital do país

Aos gritos ritmados de "nós somos o Partido Comunista do Brasil", foi inaugurada na quarta-feira, dia 5, a sede do PC do B no Plano Piloto, próxima à Rodoviária de Brasília. Cerca de 500 pessoas estiveram na sede durante a festa de inauguração, inclusive os deputados federais Aldo Arantes (GO), José Luiz Guedes (MG) e Jackson Barreto (SE).

Entidades sindicais, populares e estudantis prestigiaram o ato de inauguração, no Edifício Venâncio II, SDS.

Paulo Cassis, coordenador da Comissão Diretora Regional do PC do B em Brasília, afirmou que os comunistas apóiam o governo da Aliança Democrática. "Entretanto — disse — nosso apoio não é incondicional. A nossa posição é crítica e de independência. Apoiaremos o governo no sentido das transformações que o povo exige".

Durante a festa da inauguração,

40 filiações foram feitas no PC do B. "E a nossa perspectiva é de um grande crescimento. O povo tem-se mostrado receptivo às nossas propostas políticas e à luta que nosso partido desenvolveu, sem tréguas, contra o regime militar", conta Cassis.

OUTRAS SEDES

Recentemente, em Gama e Ceilândia — cidades satélites de Brasília — também foram inauguradas sedes do partido. Em Ceilândia, a região mais pobre, mais populosa e mais desassistida do Distrito Federal, toda a Comissão Executiva do PMDB local prestigiou a inauguração da sede, por onde passaram cerca de 400 pessoas.

A inauguração da sede no Plano Piloto, dia 5, teve ampla repercussão na imprensa brasileira. Todos os partidos políticos compareceram ao ato festivo, e houve explosão de fogos de artifício no momento em que a placa do PC do B foi descerrada.

Onde está o obstáculo que entrava as mudanças?

A Nova República chega ao quarto mês de vida com seu ímpeto de mudança em boa parte estorvado.

O presidente José Sarney, justiça se faça, não tem jogado na retranca. Ai estão os planos de reforma agrária e a nova Lei de Greve, o voto do analfabeto e a legalização dos partidos, as eleições nas capitais e até sinais de novo enfoque para o problema crucial da dívida externa — avanços patrocinados ou incentivados pela Presidência.

É bastante comparado com a pasmaceira reacionária do velho regime. Mas é quase nada perto das inquietações do povo. E não corresponde ao que precisa — e pode — ser mudado desde já. Onde está o obstáculo?

O próprio Sarney fornece uma pista, ao insistir na necessidade de um acordo político para as mudanças deslançarem. É que a Nova República, nas circunstâncias criadas, carece de sustentação política mais nítida e sólida. E essa sustentação só pode vir da ação conjugada das classes sociais e das forças políticas interessadas na transição democrática e nas transformações progressistas — mais ainda após a morte de Tancredo Neves.

CBA quer saber paradeiro de mortos e desaparecidos

Uma comissão especial que investigue os casos de desaparecidos e assassinados pela repressão após 1964; esta a proposta feita pelo Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul, durante o lançamento da publicação "Dossiê de Mortos e Desaparecidos". O CBA, a exemplo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, enviará ao Ministério da Justiça a proposta da criação da comissão. O presidente da entidade, José Kniger, afirmou que "ninguém quer revanchismo, mas queremos que os responsáveis pelas mortes e desaparecimentos durante os anos de ditadura militar sejam julgados e punidos".

RECONCILIAR A FAMÍLIA

Na mesma oportunidade, o histo-

Surgem empecilhos a um tal acordo. O próprio presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, convidado por Sarney para coordenar a articulação, mostra pouco entusiasmo pela idéia, embora sem explicitar seus motivos. E as dificuldades no seio do bloco democrático deixam espaço para as viúvas da ditadura, enraivecidas pelas greves, a perspectiva de mudanças no campo, as investigações de casos de corrupção e gangsterismo.

É bem concreta, portanto, a necessidade de um acordo formal e público entre os que desejam desimpedir o caminho das mudanças. E são igualmente palpáveis as tarefas que teria — desde fixar os termos de convocação da Constituinte até criar as premissas políticas para o Brasil falar mais grosso ao enfrentar seus vorazes credores internacionais.

Os trabalhadores têm todos os motivos para — sem abdicar da defesa independente de seus interesses de classe — dar apoio a um acordo dessa índole, capaz de abordar as questões de fundo que atormentam o país.

riador Décio Freitas, do Comitê Nacional Pró-Anistia, defendeu a necessidade de a Nova República conceder anistia aos quase 60 mil servidores públicos e militares cassados. Para o historiador, "se José Sarney quiser reconciliar a família brasileira, deve reabilitar os cassados, mortos e perseguidos".

Décio Freitas frisou que isto é possível, pois 40 servidores da Petrobrás conseguiram sua reintegração à empresa. Entre os postulantes à reabilitação, conforme levantamento da Associação de Defesa e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais (AMPLA), estão 5 mil militares.

(da sucursal)

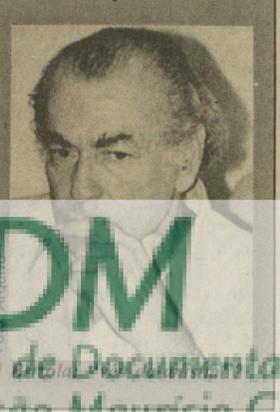
Relações perigosas

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, também somou a sua voz ao coro reacionário que vem sendo levantado contra a apuração do "caso Baumgarten". O governador do PDT prefere ver o crime encoberto pelo que chama "véu da anistia" e não tem poupança críticas a todos que, de uma ou outra forma, estão contribuindo para elucidar mais este escândalo patrocinado pelo regime militar.

Alega o senhor Brizola, entre outras coisas, que "obrigar" generais a depor pode provocar reações golpistas, além de usar argumentos diversionistas e sofismas imaginativos e enganadores, como a afirmação de que é "a CIA" quem está interessada na apuração do crime. Ele procura apenas obscurecer os verdadeiros motivos que levam a sair em defesa de corruptos e assassinos.

Leonel Brizola foi acusado de promover reuniões sigilosas no Palácio das

ras, a fim de livrar a cara de alguns apaniguados envolvidos no escândalo Capemi e aproximar-se da chamada "comunidade de informações". Não é segredo para ninguém que ele sempre mendigou a amizade dos generais, propôs a prorrogação do mandato do general Figueiredo, aliás, hoje um dos seus mais íntimos amigos. São essas as razões do senhor Brizola, explicadas pela ambição desmedida de chegar à Presidência da República, mesmo que por meio dos acordos mais reacionários e espúrios.



CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Oligarquia arma tocaia contra vereador em Goiás

Mais um crime traiçoeiro das forças do latifúndio e da reação revoltou, na noite de segunda-feira, dia 3, a cidade de Araguaína — centro da região goiana do Bico do Papagaio, famosa por seus conflitos pela terra. O vereador mais votado do município, Edmundo Galdino, 25 anos, foi vítima de uma tocaia e corre o risco de ficar paraplético das pernas.

Edmundo foi atingido por três tiros, às 23h30m, quando deixava a Câmara dos Vereadores, onde participara de uma reunião sobre as eleições para o Diretório Municipal do PMDB. Quando ele entrou em seu carro e deu a partida na cabeça, fazendo com que o projétil raspasse sua orelha, e arrancou com o carro enquanto o criminoso — provavelmente um pistoleiro contratado — disparava mais duas vezes, perfurando os dois pulmões e atingindo a coluna vertebral da vítima.

Mesmo gravemente ferido, Edmundo conseguiu conduzir o automóvel até sua residência, e horas depois era transportado para Goiânia, num avião providenciado pelo governador Iris Resende. Ao en-

cerrarmos esta edição, seu estado de saúde era considerado estável, mas a bala que se alojara próxima à medula espinhal criava sérios riscos de paralisia permanente.

UM POLÍTICO DO POVO
Jovem, negro, Edmundo Galdino começou a despontar para a política como estudante de História e Direito, em Goiânia. Mas decidiu interromper os estudos para se integrar de corpo e alma na luta do povo de sua cidade natal, 1.500 quilômetros ao norte da capital do Estado, em plena área de colonização agrícola e de conflito entre posseiros e grileiros.

Vinculado ao Bloco Popular do PMDB, ele introduziu durante a campanha eleitoral de 1982 um estilo mais avançado de fazer oposição, distinto inclusive da velha cúpula peemedebista local, vinculada, assim como o PDS, à estrutura

"Um atentado político"

O crime em Araguaína aterrorizou a população. O deputado federal Aldo Arantes, coordenador do Bloco Popular, destacou em nota à opinião pública que "este foi um atentado político, cometido pela reação e pelos latifundiários contra quem sempre se colocou ao lado das causas populares". Na tribuna da Câmara Municipal de Goiânia, o vereador Euler Ivo chamou as forças progressistas do Estado a exigir a imediata apuração do crime. O vereador Etvaldo Alves apresentou um requerimento, assinado por todos os membros da Câmara, com o mesmo objetivo, reforçado ainda pela União dos Vereadores de Goiás, presidida pelo vereador Daniel Borges.

O líder do PMDB na Assembleia Legislativa, Ivan Ornelas, sugeriu que o governador forme uma comissão para investigar o atentado. Já o deputado Ronaldo Jayme afirmou que os tiros contra Edmundo visam "silenciar a luta contra a injustiça, a exploração e o latifúndio truculento".

Em Santos, durante o Encontro Estadual da União de Municípios, o vereador Paulo Duarte, presidente da União dos Vereadores de São Paulo, encaminhou moção de repúdio contra os que tentaram "calar uma voz que se levanta pelos direitos dos camponeses e do povo desta terra". E em Porto Alegre, a vereadora Jussara Cony também discursou denunciando o crime.

latifundiária, que sempre foi a fonte de todo o poder naquelas paragens. Isto lhe valeu atritos com os poderosos do lugar, mas fez dele uma liderança de grande prestígio entre

o povo — sobretudo os posseiros e a gente simples da periferia de Araguaína, hoje uma cidade inchada pela migração rural, com perto de 100 mil habitantes. Nas eleições, foi o vereador mais votado do município.

Galdino tem se destacado pelo destemor. Ameaçado de morte várias vezes pelos latifundiários e políticos reacionários do Bico do Papagaio, nem assim arreda pé de seu compromisso com as causas e movimentos populares. E ninguém em Goiás duvida de que partiu destes setores oligárquicos a ordem para o atentado político contra a vida do jovem vereador.

Mas não é por se preocupar com os grandes problemas do povo que Galdino esquece de ser jovem, cheio de vida, sempre longe da angústia e da desesperança, sempre organizando um baile, uma caçada. Essa alegria de viver, que cimenta fortemente os vínculos de uma liderança popular autêntica, torna ainda mais brutal o atentado.

Edmundo Galdino é também membro do Conselho Nacional da União da Juventude Socialista, que telegrafou ao governador Iris Resende exigindo a apuração e punição do crime. (Aldo Rebelo, coordenador-geral da UJS)



Para o deputado-operário, é hora de ir à rua contra a separação

Aurélio diz por que é contra "autonomia" de Santo Amaro

O deputado Aurélio Peres e outros setores políticos progressistas com base em Santo Amaro já estão organizando a campanha contra a "autonomia" daquela região proletária da capital paulista — pretendida por políticos que agem em nome de interesses pessoais menores e por setores do empresariado, destacadamente os proprietários de empresas de ônibus.

Os preços do transporte e tarifas telefônicas, transformados em interurbanos, serão inevitavelmente majorados. Daí o interesse dos proprietários de empresas de ônibus, principais incentivadores do Movimento Autonomista de Santo Amaro.

PERIGOS DA DIVISÃO

O resultado da divisão seria a criação de mais um município pobre, sem condições de arcar com os pesados encargos administrativos decorrentes. Aurélio Peres estima que "metade das creches existentes hoje na região teriam de ser fechadas, muitos dos 7 mil funcionários que lá atuam iriam trabalhar em outros locais e projetos como a criação de um hospital, atualmente tocada pela Prefeitura Municipal, teriam de ser abandonados, já que a administração não teria condições de bancá-los".

Há, ainda, um sério risco para a classe operária e o movimento sindical, já que a divisão criaria o risco de retalhamento dos sindicatos para os metalúrgicos, bancários e outras categorias, contribuindo para dificultar o movimento dos trabalhadores.

A autonomia, por outro lado, beneficiaria a certos políticos, já que, com o novo município, surgiriam também a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores de Santo Amaro. Por essa razão, ela vem sendo defendida por parlamentares como os deputados Paulo Sogayar, do PMDB, e Paulo Diniz, do PT.

"Até hoje só o pessoal favorável à autonomia, que será decidida em plebiscito marcado para o dia 15 de setembro, tem feito propaganda", disse o deputado-operário Aurélio Peres (PMDB), que tem em Santo Amaro sua principal base política.

O deputado garante que "a grande maioria da população é contra a autonomia de Santo Amaro e isso não por uma questão de princípios, mas porque, no momento, é inoportuna e contrária aos interesses do povo". Econômica e financeiramente, a transformação daquela região em um novo município traria grandes prejuízos.

Em 1983, para cada Cr\$ 100 gastos no local, a geração de receita própria correspondia a Cr\$ 80; em 1984, foram aplicados Cr\$ 243 bilhões na região contra uma receita de apenas Cr\$ 181 bilhões; enquanto para este ano a previsão de despesas situa-se em Cr\$ 641 bilhões, com um déficit programado de Cr\$ 70 bilhões.

Rio Grande do Norte cria Juventude Socialista

A União da Juventude Socialista foi lançada oficialmente no Rio Grande do Norte com a participação de cerca de 400 jovens de diversos bairros e colégios, da capital e do interior, no ato público realizado domingo, dia 2, no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No ato político, o Manifesto e os Estatutos da UJS foram aclamados e houve a eleição da Comissão Coordenadora da organização no Estado, tendo à frente o estudante de Direito Antenor Roberto de Medeiros.

O lançamento coroou o primeiro encontro da UJS no Estado, que teve uma vasta programação durante o dia inteiro, incluindo atividades de esporte, lazer e cultura. Pela manhã, houve competições de vôlei, futebol, natação e outras modalidades, enquanto outros optavam pelas barracas com comidas típicas e bebidas. Depois do almoço, teve início a parte cultural, com a apresentação de cantores, teatro e um grupo de capoeira.

O coordenador-geral da UJS potiguar considerou o Encontro "um fato político de extrema importância, no qual os jovens se confraternizaram através do esporte, da cultura e do lazer, que são práticas relegadas pelos poderes públicos, apesar de tão necessárias à formação do cidadão". Antenor acrescentou que "a UJS está preocupada não só com a política, mas com tudo o que interessa aos jovens. O regime é que não se preocupa com o homem, mas com os lucros". (da sucursal)



Edmundo, a vítima do crime, com Iris, que providenciou um avião para trazê-lo a Goiânia

Bahia elegerá 42 prefeitos em novembro

A Bahia será o Estado com maior número de municípios a realizar eleições em 15 de novembro. Além de Salvador, existem 10 municípios que deixaram de ser "área de segurança nacional"; e ainda foram criados 31 novos municípios, por iniciativa da Assembleia Legislativa, já sancionados pelo governador. O Tribunal Regional Eleitoral prevê que cerca de 500 mil eleitores votarão. O PMDB deve vencer na maioria das cidades.

parte em função da atuação combativa de seus vereadores, que não deixam espaço para as manobras do prefeito biônico, Manoel Castro.

A posição do Partido Comunista do Brasil nas eleições da capital, "deve ser em favor da coligação com o PMDB", segundo Péricles de Souza, membro da Comissão Provisória Estadual. Apesar disto, ele criticou a disputa iniciada por alguns candidatos peemedebistas, centralizada em nomes, deixando de lado a discussão de um programa político para a cidade e sem abrir espaço para a participação popular nas candidaturas.



Péricles: PC do B a favor da coligação

O dirigente comunista afirmou ainda que, através da Tendência Popular do PMDB, serão feitos esforços para a elaboração de uma plataforma progressista a ser defendida pelo candidato escolhido.

O VOTO NO INTERIOR

Também na maioria dos 41 municípios do interior baiano, a vitória deve ficar com o PMDB. Em alguns destes, como Camaçari (a segunda maior arrecadação tributária do Estado, sede do Polo Petroquímico, com mais de 130 mil habitantes), Candeias (se-

de da refinaria de Mataripe) e Simões Filho, despontam candidatos com fortes bases populares e democráticas.

No sertão, nos municípios às margens do rio São Francisco, também livres das amarras da "segurança nacional", cresce a oposição ao PDS latifundiário e coronelista. Em Casa Nova, o PMDB disputará com condições de derrotar a secular oligarquia dos Vianas, que tem como chefe o senador Luís Viana Filho. Também em Paulo Afonso, cidade habitada em sua maioria por funcionários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF — o PDS deve amargar o pó da derrota. (da sucursal)

OPINIÃO

Campanha que ajuda

As eleições municipais de 15 de novembro re-colocam em pauta a luta por medidas de emergência que aliviem as condições de vida do povo, a formação de uma ampla unidade de forças políticas capaz de dar respaldo às mudanças necessárias ao progresso do país.

Democrática, que em vez de colocarem como objetivos centrais os interesses do povo e da nação, perdem-se nas brigas por cargos, por áreas de influência e por ambições pessoais.

Ao povo não interessa a disputa por este ou aquele candidato em função de posições de grupos, mas a escolha de candidatos que unifiquem o máximo de forças e que adotem plataformas progressistas. E que se comprometam a sustentar a Nova República como uma transição efetivamente democrática, de acordo com as esperanças dos brasileiros. A possibilidade de coligações entre os partidos facilitará a unidade, sem exclusivismos, de todos os interessados realmente nas mudanças, desmascarando os inconseqüentes e oportunistas.

Ao chamar para o debate o eleitorado dos principais centros políticos e concentrações operárias, a campanha eleitoral ajudará a romper as resistências reacionárias à Nova República e impulsionará as iniciativas positivas tomadas pelo governo Sarney — como por exemplo as referentes à Reforma Agrária e à Lei de Greve. Da mesma forma deverá contribuir para superar as tendências mesquinhas dentro da própria Aliança

Extrema-direita fabrica falso folheto da Tribuna

O fim da ditadura militar não significou o término das ações da extrema-direita, vinculada por um lado aos órgãos de informação e repressão e por outro ao terrorismo de tipo fascista. Nos últimos dias, essa gente fez circular em Salvador da Bahia um impresso apócrifo, com o logotipo da Tribuna Odeante e uma grosseira falsificação do Manifesto do PC do B, supostamente assinada por vários

líderes políticos e sindicais baianos.

Além do caráter mentiroso, o que chama atenção no episódio é a covardia. Se a extrema-direita esconde-se no anonimato e dedica-se a espalhar falsidades sobre seus adversários, é porque lhe falta coragem para defender suas posições ou ao menos para expô-las abertamente.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Luta concreta pela terra

O plano de "reforma agrária" do governo serviu de imediato para desmascarar os que de boca apóiam a Nova República mas que, na hora de pôr em discussão qualquer mudança, por menor que seja, revelam-se conservadores empedernidos. Da mesma forma foi útil para revelar o desatino dos latifundiários na defesa de seus privilégios.

COMO ABORDAR

A divulgação deste projeto colocou frente a frente os que são a favor da reforma agrária — com opiniões diversas, com objetivos diferentes, mas a favor — e os que são contra. Neste sentido, do ponto de vista político, a iniciativa merece apoio.

Os trabalhadores conscientes defendem em princípio a reforma agrária antilatifundiária, para colocar um ponto final a uma chaga social que vem desde o Brasil-Colônia. Mas não basta isto. A situação exige que se encontrem formas práticas de abordar a questão, de encontrar mecanismos concretos que permitam a mobilização da opinião pública progressista, das massas trabalhadoras da cidade e do campo e principalmente dos camponeses. E se o próprio governo divulga a necessidade de combater as desigualdades e injustiças flagrantes da estrutura fundiária, isto acrescenta argumentos e forças aos que lutam por mudanças.

As próprias autoridades já mostraram várias vezes as limitações do projeto. Já afirmaram que ele não se dirige contra a propriedade, que "é uma maneira capitalista de tornar racional a utilização da terra", que a sua base é o Estatuto da Terra. Mas nada disso serviu para acalmar a fúria dos reacionários.

POLARIZAÇÃO DE FORÇAS

Pode-se dizer então que, no fundo, as divergências entre os latifundiários e o governo são "coisas das classes dominantes" ou "briga de branco" como se fala na gíria. E com este pretexto ficar alheio ao embate.

Seria um simplismo prejudicial ao movimento popular ficar nesta atitude. Do ponto de vista teórico geral estas divergências têm pouca importância. Mas do ponto de vista concreto, quando a questão coloca em confronto de um lado a imensa maioria da nação e de outro, isolados, os latifundiários; quando estes conflitos colocam de um lado um amplo movimento político progressista e de outro os reacionários, nesta situação o plano do governo pode representar um grande papel.

Ao apoiar as medidas em pauta, os trabalhadores não têm ilusão de que elas sejam capazes, por si só, de cumprir a promessa de reforma agrária. (Veja ao lado as debilidades do projeto). Mas entendem que uma ampla mobilização de massa em torno do assunto pode permitir a milhões de homens do campo e da cidade interessados no assunto adquirir experiência política, discutir a questão agrária, identificar as diversas posições das classes dominantes a respeito e assimilar as tarefas que correspondem de fato aos interesses populares.

SAIR DO GERAL

Este tipo de problema deve se repetir em várias ocasiões. No caso da Lei de Greve, por exemplo, surgiu uma situação semelhante. A Nova República nasceu num clima de mudanças mas, no seu próprio interior, encerra posições contrárias a este movimento. O conteúdo democrático e progressista do sistema de governo em construção vai depender do respaldo popular, para consolidar o terreno conquistado e impulsionar, a partir do que existe concretamente, transformações mais profundas. Para isso não adianta ficar em fórmulas genéricas.

(Rogério Lustosa)



O longo documento do ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e do presidente do Inbra, José Gomes, traça um "objetivo geral" ousado: "Mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio".

Os latifundiários logo desataram uma gritaria infernal contra o projeto, em nome do "direito à propriedade". Pelo visto, acham que esse direito é só deles, pois o recusam para os 8,7 milhões de brasileiros que trabalham na terra sem ter um palmo de chão que seja seu.

Já os camponeses estão esperançosos, mas com a pulga atrás da orelha. Uma longa e penosa experiência de desilusões ensinou-lhes que a desconfiança é tão indispensável para o pobre como a água ou o ar.

Os camponeses têm razão. O plano vale como um primeiro passo. Mas vai ser preciso ainda muita luta até eliminar o latifúndio e conseguir uma reforma agrária para valer. É o que se conclui pensando com cuidado os fatos, os prós e contras do documento, as pressões e contrapressões sobre o governo, a realidade do campo e do país em geral.

A corrida da reforma com a anti-reforma

O projeto prevê a entrega de glebas a 7,1 milhões de famílias sem terra ou com pouca terra, até o ano 2000. Os lotes teriam em média 35 hectares, variando de acordo com a região. Numa primeira fase, de agosto deste ano a julho de 1989, seriam assentadas 1,4 milhão de famílias.

Vejamos melhor essa primeira fase, mais concreta, já que corresponde mais ou menos à duração provável do governo José Sarney:

Para criar 1,4 milhão de lotes com 35 hectares, seria preciso desapropriar 49 milhões de hectares. Não é pouca terra, comparada com a situação do campesinato hoje. É mais que os 42 milhões de hectares que formam os 2,5 milhões de minifúndios atuais. É 19 vezes mais que toda a terra entregue a camponeses nos 21 anos de ditadura (embora o regime militar, mentiroso como só ele, anunciasse na TV que havia feito "a maior reforma agrária do mundo"). Em termos absolutos, equivale a duas vezes a área total do Estado de São Paulo.

Mas olhar só estes dados levaria a graves erros. Na verdade, é provável que no fim desses quatro anos o número de camponeses sem terra seja maior ainda que atualmente. As estatísticas do próprio Inbra mostram isso. Nos seis anos entre 1978 e 1984, os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra passaram de 6,7 milhões para 10,6 milhões — quer dizer, aumentaram numa média de 650 mil por ano. Como então fazer a distribuição de terras num ritmo médio de 350 mil por

A REFORMA AGRÁRIA AGORA SAI?

Fazendeiros recrutam e armam exércitos privados. Camponeses ocupam terras abandonadas. Nenhuma iniciativa do governo, em toda a curta e movimentada vida da Nova República, teve uma repercussão tão tumultuosa quanto o "Plano Nacional de Reforma Agrária", anunciado dia 23 último durante o Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Afinal, que plano é esse? Será que agora a reforma agrária sai mesmo?

ano? Ao fim de cada ano o exército dos sem-terra estaria engrossado com mais 300 mil trabalhadores!

O problema é que existe, hoje, uma anti-reforma agrária em curso no Brasil. Portanto, qualquer reforma agrária que mereça este nome tem de ter uma velocidade capaz de, no mínimo, compensar o processo de concentração da propriedade da terra.

Mais séria que a questão do ritmo é a do tratamento do latifúndio.

O documento do governo faz a necessária diferenciação entre aquilo que é distribuição de terras e aquilo que são medidas complementares, como a política agrícola, a tributação das terras, a colonização, a regulamentação fundiária-coisa que a ditadura tentava vender como se fosse reforma agrária. Também está escrito ali que "o instrumento para garantir a função social da terra será, principalmente, a desapropriação por interesse social". Tudo bem. Mas, na hora de ver como será mesmo a desapropriação, o carro pega.

342 fazendas têm o tamanho da França!

Para começo de conversa, o projeto deixa fora da reforma as grandes "empresas rurais", que são na verdade latifúndios aburguesados. Pior ainda: hoje, basta o latifundiário encaminhar ao Inbra um "plano de modernização" de sua fazenda, mesmo para inglês ver, que ganha em troca um prazo de carência de três anos, escapando da desapropriação.

Sobram para a reforma os latifúndios, que segundo o critério do Inbra dividem-se em dois grupos: latifúndios por exploração (que exploram precariamente ou simplesmente não exploram seus domínios), a grande maioria, somando 362 milhões de hectares; e latifúndios por dimensão (com área superior a 600 módulos rurais), que em 1984 eram apenas 342, mas abocanhavam 47,5 milhões de hectares — uma área igual à da França!

No total, esses latifúndios ficam com 409,5 milhões de hectares — iguais a dois terços das terras ocupadas do país, ou quase a metade do território nacional, ou ainda 19 vezes a superfície do Estado de São Paulo.

A empulhação do latifúndio "produtivo"

O plano do governo é desapropriar essas terras?

O documento diz que, "para o assentamento (dos camponeses), conta-se com um estoque de terras da ordem de 409,5 milhões de hectares, pertencentes aos latifúndios por dimensão e exploração". Mas, na segunda-feira, dia 3, o ministro Nelson Ribeiro, cedendo à pressão oligárquica, veio a público dizer que "não há intenção de mexer nos latifúndios produtivos". E repetiu a alegação favorita dos latifundiários, de que tem de ser assim para não "desorganizar a produção agrícola".

Ora, sabe-se que isso não é um argumento, mas uma empulhação. O que o latifúndio chama de "terra produtiva", via de regra, está cheio de capim ou eucalipto. O elemento produtivo dinâmico na agricultura brasileira, hoje, está nas propriedades de menos de 100 hectares. O censo agrícola do IBGE mostra que, apesar de possuírem 20% da área dos estabelecimentos agrícolas, elas entram com 50% da área de lavouros, têm 48% do parque de tratores, colhem 49% do arroz, 55% da soja, 60% do café, 72% do milho, 78% da batata, 83% do feijão e 89% da mandioca que se produzem neste país. Portanto, a desapropriação de todos os latifúndios e sua entrega aos camponeses só iriam impulsionar a produção.

Há ainda o problema da indenização.

O plano do governo, virando-se frente a um artigo da Constituição, prevê a "justa indenização" dos latifundiários desapropriados. Na prática isso significa o governo desembolsar milhões

da Dívida Agrária no valor do mercado, resgatáveis em 20 anos, com juros e correção monetária — um negócio da China para muito latifundiário em apuros, que pode trocar os Títulos por dinheiro vivo, no primeiro banco.

O movimento dos trabalhadores rurais condena com razão essas indenizações abusivas, por terras que nem de longe vêm cumprindo sua função social. Se para acabar com isso é preciso mudar a Constituição, está na hora de mudá-la, extinguindo os privilégios dos parasitas da terra.

Aonde está o testamento de Adão e Eva?

Nas jacqueries, as famosas rebeliões camponesas da velha Europa feudal, os lavradores insurretos costumavam perguntar aos nobres e potentados da Igreja aonde estava o testamento de Adão e Eva, para provar que a terra era mesmo deles. No caso do Brasil, nem é preciso ir tão longe. É fato sabido que essa terra toda foi tomada. O "direito de propriedade" que os latifundiários invocam, não tem nada de sagrado. Assemelha-se mais ao produto de um roubo, arrançado dos índios e posseiros.

Os senhores de terras em pé de guerra

Apesar de tudo isso, não são os trabalhadores e sim os latifundiários que se levantam contra os planos do governo.

Tais planos se limitam ao cumprimento do Estatuto da Terra, velho com mais de 20 anos, escrito por um general golpista... É a classe que, mais apoiada o golpe coloca-se em pé de guerra. Tenta-se simplesmente aplicar a Lei 4.504... e os auto-proclamados apóstolos da lei e da ordem esbravejam que assinaram a... Se famílias sem terra do oeste de Santa Catarina

ocupam glebas abandonadas, que nunca produziram um pé de feijão, o latifúndio ruge como um tigre enfurecido: "Cumpra-se a lei!"; "Onde está a polícia?"

Mas quando se fala em aplicar o Estatuto, o rugido do tigre se transforma em grunhidos e guinchos de porco no matadouro. O latifúndio esperneia. Choraminga nos gabinetes. Vocifera na imprensa. Clama aos céus. E em suas terras arma a ganfacha. Ai, só a Lei do Cão fica valendo.

Acontece que os interesses de classe falam mais alto que os textos legais. E o sentido de classe dos senhores de terra coloca-os em guarda, não tanto contra a velha lei de 64, mas contra a nova situação de 85.

Quando o Estatuto nasceu, vigorava uma ditadura militar, recém-instalada, ainda na sua juventude. O latifúndio cantava vitória e se expandia. Já o movimento camponês, esmagado pela força, obrigado a recuar, por longo anos teria de recuperar energias numa luta defensiva.

E hoje? O regime militar veio abaixo. Os latifundiários já não gozam do escudo da ditadura — embora mantenham muitas posições-chave dentro da Nova República. Ao passo que o movimento camponês vive há vários anos um crescimento de notáveis proporções. E ao nível da sociedade criou-se uma vastíssima opinião pública favorável à reforma agrária, que ecoa dentro da Aliança Democrática e do novo governo. A título de exemplo, o atual presidente do Inbra dirigia a ABRA, a primeira entidade a denunciar a matança de camponeses nos tempos sombrios do general Médici.

É neste quadro que o plano do governo aparece para os latifundiários como um "radicalismo" inaceitável, e para os trabalhadores rurais, como um passo inicial a ser empurrado adiante.

Projeto será submetido a forte pressão

Os próximos meses prometem um acirramento do conflito agrário. O latifúndio agarrar-se-á com unhas e dentes a cada palmo de terra, enquanto acusa os "radicais infiltrados" e a "comunização" do movimento camponês. O projeto do governo será submetido às mais fortes pressões, favoráveis e contrárias, fora e dentro da Aliança Democrática. É difícil prever, desde já, o desfecho da luta. Mas a expectativa confiante e solidária dos operários conscientes é a de que o movimento de massas de seus irmãos camponeses saia do combate ainda mais forte, mais organizado e consciente — pois esta sim é a única garantia de que chegaremos um dia à reforma agrária capaz de livrar o Brasil da praga secular do latifúndio. (Bernardo Joffily)

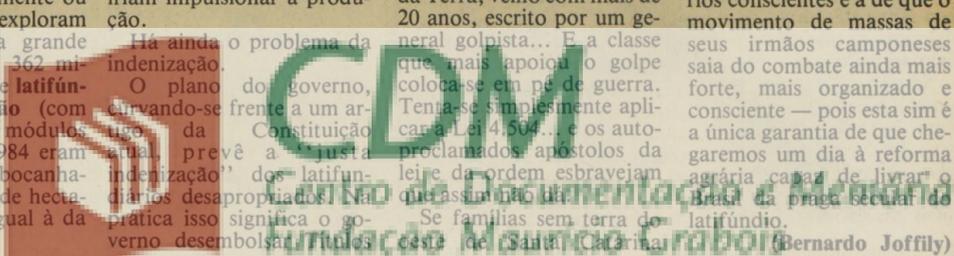
DE OLHO NO LANCE

Milícias privadas

O presidente do Gebam (Grupo Executivo do Baixo Amazonas) denunciou que os fazendeiros do Sul do Pará já têm Cr\$5 bilhões para a compra de armas importadas para impedir a aplicação das medidas de reforma agrária propostas pelo governo.

A formação de milícias particulares pelos latifundiários e grileiros não é coisa nova. O regime militar protegeu este tipo de atividade nos últimos 21 anos. Vários líderes camponeses foram assassinados por estes bandos de jagunços. Basta lembrar, entre dezenas, os casos de Pedro Teixeira, morto em 1964 na Paraíba, do "Gringo", no Sul do Pará em 1981, de Benezinho, também no Pará em 1984, e agora, em Araguaína, em Goiás, o atentado sofrido pelo vereador Edmundo Galdino.

Durante a ditadura, além destas quadrilhas, atuaram em defesa dos poderosos donos de terras a Polícia Militar, a Polícia Federal e o próprio Exército. Agora, com a posição do governo de acordo com o espírito da Nova República, a máfia dos latifundiários sente que os tempos mudaram e que não será mais possível ter abertamente a seu serviço tropas comandadas por coronéis e delegados sob o manto da impunidade. Tratam por isto de reforçar seu exército privado de pistoleiros.



O vitorioso Congresso da Contag

Num clima envolvente de muita alegria, os trabalhadores rurais encerraram seu 4º Congresso Nacional, na tarde do dia 30, e retornaram aos seus distantes postos de combate. Agora, muito mais dispostos à luta, mais esclarecidos e apetrechados com resoluções bastante avançadas. E o que é mais animador: respaldados na anunciada decisão do governo da Nova República de promover mudanças na injusta estrutura agrária e nas escravizantes relações de produção existentes no campo brasileiro.

Sob todos os aspectos — representatividade, alto nível dos debates, resoluções conseqüentes e respaldo político —, o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, de 25 a 30 de maio, em Brasília, foi plenamente vitorioso. As debilidades que se manifestaram, como pequenos escorregões antidemocráticos da direção do evento ou a ação sectária e irritante dos ativistas do PT, em nada empanaram o brilho do evento.

REFLEXO DO AVANÇO

O 4º Congresso da Contag espelhou com nitidez o avanço do sindicalismo do campo nos últimos anos, com seu crescimento quantitativo e qualitativo. A representatividade do evento é inquestionável: dos 2.600 Sindicatos de Trabalhadores Rurais existentes no país, mais de 2 mil participaram, representados por 3.970 delegados eleitos em assembleias nas suas bases. Todas as Federações estaduais, as conhecidas Fetags, também estiveram presentes. Juntando os assessores sindicais, observadores e convidados especiais, mais de 5 mil pessoas envolvidas com a luta no campo participaram ativamente do encontro sindical.

Esta representatividade refletiu no Congresso todas as preocupações, reivindicações e anseios dos trabalhadores rurais brasileiros. Ficou evidente, no desenrolar do evento, a diversidade da atuação sindical no campo. Nas centenas de intervenções e na conclusão final do Congresso, ficaram expressas as posições dos pequenos proprietários medianamente abastados do Sul do país, do miserável e

heróico posseiro do Norte e do mobilizado assalariado da cana do Nordeste. Ou seja: o Congresso selou a unidade de todo o movimento sindical de trabalhadores rurais do Brasil, com sua independência e decisão de lutar.

O Congresso também foi um exercício de democracia e participação, com os delegados demonstrando grande interesse em debater todos os seus problemas. Mesmo na discussão sobre a forma de eleição da diretoria da Contag — que era o último ponto de pauta e encontrou o plenário bastante estafado —, mais de 100 trabalhadores se inscreveram para opinar. Nenhum ponto foi tratado com menosprezo e o debate correu solto, com as opiniões podendo se manifestar democraticamente.

MOMENTO POLÍTICO

Os trabalhadores rurais souberam espelhar nas intervenções e nas resoluções o novo e rico momento político que vive o país, com a retomada da democracia. A presença do presidente José Sarney e as palestras de cinco ministros de Estado (Reforma e Desenvolvimento Agrário, Trabalho, Previdência Social, Agricultura e Justiça) contribuíram neste sentido, dando ao encontro um nítido caráter político. Todos, sem exceção, fizeram questão de enfatizar que a Nova República não imporá decretos-leis arbitrários e primará pela democracia. “Desejamos que este Congresso debata os seus problemas, ofereça sugestões, e o governo está aberto a analisá-las, ouvi-las e a considerá-las”, afirmou José Sarney.



Forte representatividade e grande disposição de participar: dois componentes que enriqueceram as conclusões de 4º Congresso

Esta postura democrática esvaziou a visão tacaña dos adeptos da corrente petista no campo, que insistem em dizer que não houve mudanças no país após a vitória da Aliança Democrática. As vaias que os ativistas do PT tentaram puxar foram abafadas pelo coro e pelos aplausos da maioria esmagadora das plenárias e foi visível o enfraquecimento deste partido durante o Congresso.

A participação das autoridades da Nova República, além de dar maior respaldo às decisões do 4º Congresso, representou um grande estímulo à ação dos trabalhadores na luta pela terra e por justiça no campo. Significou um comprometimento do novo governo com a luta sindical, que, conforme afirmaram vários delegados, “será cobrado”.

CONCLUSÕES AVANÇADAS

Todos estes fatores contribuíram para que as conclusões finais do 4º Congresso fossem, no geral, justas e avançadas. Nas seis comissões formadas para aprofundar as discussões (previdência social, questões trabalhistas, política agrícola, problemas nacionais, questões agrárias e sindicalismo), venceram as propostas mais conseqüentes (ver quadro).

O Congresso derrotou por larga margem os sindicalistas mais atrasados e mesmo os pelegos que defenderam, entre outras coisas, a manutenção pura e simples do Estatuto da Terra como forma de fazer uma tímida distribuição de terras no país, ou a manutenção do Getat, e o pagamento da dívida externa. Também foram estrondosamente vencidas as posições das correntes petistas, que tentaram a todo custo aprovar a

ratificação da Convenção 87 da OIT (que abre espaço para o plurissindicalismo no Brasil) e fizeram raivosos discursos contra a Nova República. Os dirigentes petistas ficaram tão na defensiva que não tiveram coragem de propor que a Contag se filiasse à sua central sindical, a CUT, e, a partir de um dado momento, começaram a fazer discursos demagógicos de elogios a Tancredo Neves.

Já na discussão sobre a forma de eleição da nova diretoria da Contag, ocorreu uma curiosa aliança: pelegos e petistas se juntaram para tentar aprovar eleições diretas para a entidade, que congrega mais de 8 milhões de sindicalizados. Abertamente, lideranças do PT fizeram conchavos com notórios direitistas, como o pelego Wilson, presidente do STR de Imperatriz e candidato à presidência da Fetag do Maranhão (homem de confiança do Getat, que se utiliza, na sua campanha eleitoral, de jipes do órgão policial e de aviões pagos pelos latifundiários do Estado), e o policial Mesquita, presidente do STR de Sítio Novo, ex-interventor sindical e pessoa de ligação com a Polícia Federal.

A proposta, demagógica e irresponsável, foi fragorosamente derrotada. Como afirmou Divino Goulart, secretário-geral da Fetag de Goiás, “essa proposta só favorece o latifúndio, que tem dinheiro e estrutura para bancar uma campanha eleitoral rica e quer ver a Contag desmoralizada. Os que a propõem querem dividir a nossa entidade, são os mesmos que criaram a CUT e que nunca propuseram diretas para a direção desta entidade divisionista”. Conforme o aprovado, a partir de agora a direção da Contag será eleita

Participantes do 4º Congresso da Contag

Estado	Delegados	Assessores	Observadores	Outros	Totais
AC	09	01	03	—	03
AL	17	04	04	—	27
AM	103	02	—	—	111
AP	34	—	—	—	36
BA	02	01	—	—	2
CE	300	02	45	1	347
DF	224	22	05	0	251
ES	02	01	17	0	20
GO	67	02	13	1	83
MA	207	05	25	1	238
MG	189	12	0	1	202
MS	539	48	13	0	600
MT	90	05	0	2	74
PA	108	12	0	0	102
PB	108	02	12	0	122
PE	188	04	10	0	202
PI	235	36	05	15	291
PR	135	05	0	0	140
RJ	314	04	0	01	329
RN	68	12	23	04	107
RO	162	08	05	0	165
RR	17	0	0	0	17
RS	04	0	0	0	04
SC	369	29	02	0	400
SE	291	05	0	0	296
SP	69	03	06	02	80
SP	177	15	14	0	206
TOTAL	3.970	238	219	28	4.455

em congresso, o que constituiu um grande avanço no sentido da democratização da estrutura sindical. Esta é a primeira Confederação Nacional que quebra com a estrutura antidemocrática de eleições sindicais.

GRANDE VITÓRIA

No cômputo geral, o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi uma grande vitória. O evento serviu como estímulo à ação organizada do movimento sindical do campo, que a partir de agora parte com mais garra para a conquista da reforma agrária antilatifundiária no Brasil e pelo fim das formas escravizantes de trabalho. Também consolidou a unidade dos trabalhadores rurais de todo o país, reforçando suas entidades sindicais e a Contag.

(Altamiro Borges) *Divino Goulart: contra a divisão*



Trabalhadores defendem a liberdade de expressão dos comunistas

Ação antidemocrática

Na manhã do dia 30, no encerramento do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, setores reacionários investiram contra as faixas do Partido Comunista do Brasil. Apesar de o PC do B ter respeitado as orientações da coordenação do evento, colocando suas bandeiras e bancas do lado externo do Ginásio de Esportes, o grupo de provocadores tentou desmoralizar o Congresso e impedir sua democracia interna. Notou-se, entre os reacionários, a presença de uma militante do PT do Pará que aticava os presentes a rasgar a faixa dos comunistas.

O incidente gerou grande debate entre os trabalhadores rurais durante mais de uma hora. Inúmeros camponeses saíram em defesa da liberdade de expressão dos

comunistas e de todas as correntes de opinião que atuam no movimento popular. Aos gritos de “Democracia, democracia”, o grupo de provocadores foi isolado e não obteve êxito na sua investida.

O presidente da Contag, José Francisco, ao saber do incidente, fez um contundente discurso em favor da liberdade de expressão, criticando os que atuam com os mesmos métodos da ditadura. E, numa postura democrática, concedeu a palavra ao dirigente nacional do PC do B, Ronald Freitas, que elogiou a Contag e afirmou que os comunistas “não aceitarão a ação dos reacionários, que tentam tirar o brilho deste vitorioso Congresso dos trabalhadores rurais brasileiros”.

Resoluções impulsionam a luta no campo

Publicamos abaixo algumas das principais resoluções do 4º Congresso da Contag, transcritas do documento oficial com as conclusões do evento. Destacamos as deliberações das três comissões — problemas nacionais, questões agrárias e sindicalismo — que geraram maior debate:

POLÍTICA NACIONAL

“Convocação para 1986 de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, que promova o necessário reordenamento jurídico da vida nacional, com a remoção de todo o entulho autoritário (...). Criação de Comitês Unitários Pró-Constituinte nas cidades do interior, a partir de STRs, com o objetivo de aprofundar a participação dos trabalhadores rurais.

“Suspensão do pagamento da dívida externa e o conseqüente rompimento dos acordos internacionais lesivos à nossa soberania (...). Criação

de uma Comissão Nacional, da qual participem com o devido peso os trabalhadores rurais e urbanos, para apuração da origem e aplicação dos recursos dos empréstimos, e a conseqüente punição, inclusive com confisco dos bens, dos responsáveis por qualquer possível malversação comprovada”.

QUESTÕES AGRÁRIAS

“Reforma agrária antilatifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais e de seus órgãos de classe, que atinge todas as propriedades com distribuição aos trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente, dando prioridade aos que moram na região de acordo com as necessidades e aspirações dos trabalhadores e àqueles que já foram lavradores e querem voltar à terra, pondo-se fim ao latifúndio nacional e estrangeiro.

“Que os trabalhadores rurais, organizados amplamente

em suas entidades representativas, sejam capazes de impor sua própria alternativa de reforma agrária e que venha garantir o real acesso à terra a quem nela trabalha (...). Que os trabalhadores rurais lutem para que a Constituinte amplie e use do instrumento do confisco dos latifúndios.

“Imediata aplicação do Estatuto da Terra para que seja iniciado o processo de Reforma Agrária, respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Elaboração imediata de uma proposta de Lei de Reforma Agrária, a partir dos pontos positivos do Estatuto da Terra e baseada nas resoluções do 4º Congresso, a ser apresentada à Assembleia Nacional Constituinte (...). Que seja revogado o artigo do Estatuto da Terra que proíbe a desapropriação das empresas rurais.

unicidade sindical, garantida a existência de um único Sindicato representativo de cada categoria numa mesma base territorial, como melhor instrumento de luta dos trabalhadores e para evitar a divisão e o conseqüente enfraquecimento do movimento sindical (...). Não-ratificação da Convenção 87 da OIT. Que as eleições para as Federações sejam realizadas em congresso (...). As próximas eleições para a diretoria da Contag serão realizadas em congresso (...). O congresso terá a duração de dois dias e realizar-se-á em Brasília, nos dias 17 e 18 de dezembro deste ano.

“Trabalhar pela realização, o mais breve possível, de um Congresso Nacional Unitário, envolvendo CUT / Conclat e mais Sindicatos, Federações e Confederações não-filiadas a nenhuma das entidades citadas, com o objetivo de criar uma Central Sindical Unitária”.

Centro de Documentação e Memória
SINDICALISMO
Fundação Maurício Graciano

Professores continuam parados em 4 Estados

Em vários Estados continuava a greve dos professores, tendo como principal reivindicação a melhoria dos seus salários. O movimento dos docentes mostrou uma grande vitalidade e organização ao completar um mês de paralisação. Os docentes da rede oficial de ensino de Minas, Goiás e Pará também estão parados.

Os professores gaúchos iniciaram a greve dia 8 de maio e durante este período o movimento veio se fortalecendo e enfrentando com sucesso as tentativas do governo de dividir e intimidar a categoria. Um fator importante para isso foi a integração dos docentes com os Círculos de Pais e Mestres e as comunidades servidas pelos professores. Em Porto Alegre e no interior do Estado, fruto deste trabalho, realizaram-se dezenas de passeatas em apoio às reivindicações dos grevistas.

Além das reivindicações salariais (piso de 2,5 salários-mínimos, aumentos semestrais, 13º salário), os professores lutam também pela aplicação de 25% do orçamento do Estado na Educação e a realização

de eleições diretas para a direção das escolas. A crise econômica que o país vive fez também com que os professores mais graduados — diretores de escolas — participassem do movimento, o mesmo ocorrendo com as Delegacias de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura.

MANOBRAS GOVERNISTA

Uma contraproposta apresentada pelo governo estadual dia 30 de maio e que jogava na divisão do movimento dos docentes, não só foi rejeitada como a categoria continuou unida na luta por seus direitos. Os professores não acolheram a proposta governista, pois esta não garantia os 2,5 salários-mínimos de piso, condicionava os aumentos semestrais à obtenção de recursos através de empréstimos e impunha eleições diretas para a direção das escolas por lista tripla, ficando com o governador o veredito final.

Os professores agora realizam uma vigília em frente ao Palácio Piratini — sede do governo — reclamando do descaso governamental com o ensino e as reivindicações dos trabalhadores do ensino.

A Assembléia Legislativa se ofereceu para intermediar o impasse, mas os grevistas preferem negociar diretamente com o governador, a fim de cobrar as inúmeras promessas feitas por Jair Soares à categoria durante sua campanha eleitoral.

AMEAÇAS À GREVE EM MINAS

Cerca de 155 mil dos 180 mil docentes do ensino oficial de Minas Gerais estão parados desde o dia 16. Na sexta-feira, 31, o governador Hélio Garcia rompeu as negociações com os grevistas e passou a ameaçá-los, caso não voltassem ao trabalho. Ameaçou suspender o pagamento dos vencimentos dos professores em greve e demitir as diretoras que apoiam o movimento.

Os professores mineiros exigem reposição salarial de 49,9%, sendo que o governo ofereceu apenas 26,24% divididos em três parcelas. Esta proposta foi rejeitada pela assembléia dos mestres. Os professores da rede particular de ensino de Belo Horizonte — cerca de 50 mil — decidiram em assembléia entrar em greve dia 17, caso até lá suas reivindicações não sejam atendidas. Entre outros pontos, eles exigem um reajuste salarial com 100% do INPC e estabilidade.

GOIÁS E PARÁ

Continuava a greve dos 36 mil professores (a categoria tem 40 mil) da rede estadual de ensino de Goiás, paralisados desde o dia 15 de maio. Uma reunião do comando de greve com o governador Íris Resende foi adiada. A Secretaria de Educação de Goiás afirmou que não pretende punir os grevistas, mas exige a reposição das aulas perdidas.

Os professores das redes estadual e municipal de ensino de Belém, no Pará, continuavam com a paralisação iniciada no dia 13 último.

(das sucursais)

O saldo da greve dos metalúrgicos

Chegou ao fim o movimento grevista dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no ABC paulista. Na segunda-feira, dia 3, a última fábrica parada, a Ford, voltou a funcionar, com o retorno ao trabalho de seus 12 mil operários. Na sexta-feira, dia 31, os 33 mil metalúrgicos da Volkswagen também haviam retornado às máquinas. Depois de 53 dias de greve no setor, agora chegou o momento de avaliar a tática de luta utilizada pelo Sindicato, a chamada "operação vaca brava".

Em termos econômicos, a categoria não obteve vitória. A redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais e a trimestralidade, principais reivindicações dos metalúrgicos da base sindical, não foram conquistadas. Os patrões exigiram o fim da paralisação para, com mais força, reiniciar a discussão sobre os dois pontos. Na prática, com as greves isoladas no setor, iniciadas no dia 11 de abril, os operários conquistaram apenas um aumento salarial de 100% do INPC e mais 5% de produtividade. Mesmo os dias parados serão descontados na folha de pagamento. Dos 110 mil metalúrgicos de São Bernardo, somente 36% obtiveram algumas vantagens, com os acordos em separado feitos com as pequenas fábricas.

No que se refere ao saldo organizativo da luta salarial, a categoria também saiu chamuscada. As principais lideranças das fábricas, os cineiros e vários membros das reconhecidas Comissões de Fábrica, foram demitidos — ao todo, 3.483 operários foram dispensados. Na fase final do movimento pardiista, as multinacionais dos automóveis, que tiveram um prejuízo anunciado de mais de Cr\$ 7 trilhões com a não fabricação de 77 mil veículos, promoveram uma verdadeira *razia*

contra os grevistas.

Então, qual o saldo da luta? A categoria, novamente demonstrou grande combatividade, união e disposição de lutar por seus direitos. As bandeiras da redução da jornada e da trimestralidade ganharam o respaldo do povo. Mas a forma de luta utilizada pela direção do movimento, a "vaca brava", acabou coiceando os próprios operários, isolando os metalúrgicos das grandes montadoras e enfraquecendo o poder de pressão da classe.



A Volks de São Bernardo volta a funcionar com o fim da paralisação

Brizola intransigente na greve da Saúde

Os profissionais da área de Saúde do Estado e do Município do Rio de Janeiro entraram na quinta semana de greve enfrentando a intransigência do governador Leonel Brizola, que continua negando-se a negociar com os grevistas. Nem mesmo o amplo apoio recebido por parte de parlamentares, entidades democráticas, sindicais e associações de moradores, e incluindo a imediata abertura de negociações, conseguiu sensibilizar o caudilho moreno, que nega o próprio direito de greve aos trabalhadores de seu Estado.

O governo estadual já iniciou as medidas punitivas, incluindo inúmeras demissões. O secretário estadual de Saúde, Eduardo Costa, chegou ao cúmulo de decretar "ilegais" as comissões de ética médica, democraticamente eleitas nos hospitais do Estado e do Município.

Seus pronunciamentos geraram imediata e firme resposta das entidades médicas. Desgastado, Eduardo Costa teve a ousadia ainda de convocar, no último dia 28 de maio, um ato de desagravo a si próprio.

RESPOSTA AO SECRETÁRIO

O secretário brizolista enviou um documento a todos os hospitais criticando o movimento por ter conotações "políticas" e caracterizando a situação dos médicos e demais profissionais de Saúde como "privilegiada". Em resposta às acusações levantadas pelo governo estadual, não documentado, a Tribuna Operária ouviu o diretor do Sindicato dos Médicos, Mauro Brandão, que forneceu informações que desmentem os argumentos do secretário de Saúde.

A maioria dos funcionários da

área de Saúde do Estado e do Município do Rio de Janeiro estão ganhando o salário-mínimo. O pessoal contratado, inclusive o de nível superior, que ganha Cr\$ 480 mil mensais, não foi efetivado. As unidades de atendimento são precárias: faltam medicamentos e material. O governo estadual gasta apenas 2,7% de seu orçamento na área de Saúde.

Por isto tudo, apesar da intransigência do governo Brizola, a categoria dos funcionários de Saúde continua mais unida do que nunca, demonstrando total disposição de seguir na luta. Da parte do Executivo estadual já começam a aparecer sinais de preocupação de que a continuidade do movimento venha a desgastar a candidatura do PDT para as próximas eleições municipais.

(da sucursal)



Houve predominância dos setores mais pobres da população durante o 2º Congresso

Famerj realiza no Rio o seu maior congresso

Os 2.400 delegados, representando mais de 300 Associações, realizaram no Rio, dias 31 de maio, 1º e 2 de junho, o 2º Congresso da Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj). No final foi eleita, por esmagadora maioria, uma chapa ampla e combativa para dirigir a luta dos moradores do Estado do Rio por mais dois anos.

O Congresso debateu e aprovou uma série de resoluções do movimento sobre as lutas de resolução dos combativos comunitários. Entre elas se destacam as questões de habitação, saúde, transporte, saneamento, educação e posse da terra. Também foi aprovada por unanimidade a suspensão do pagamento da dívida externa até que a nação possa se pronunciar soberanamente a respeito, junto com o rompimento imediato dos acordos com o FMI, e a luta por uma Assembléia Constituinte livre e soberana em 86. Uma outra resolução foi sobre a questão do assentamento do trabalhador no campo, apontando para uma Reforma Agrária que desaproprie o latifúndio em todo o país.

Outra grande vitória foi a eleição de uma chapa ampla e combativa para a direção da Famerj. A Chapa 1 — Famerj unida e combativa — reuniu cerca de 70% dos votos, contra menos de 30% dados à Chapa 2, composta pelos setores

mais estreitos e sectários do PT e PDT. Francisco Alencar, eleito presidente, no ato de sua posse proclamou todos os congressistas a decretarem o fim das Chapas 1 e 2, retirando os respectivos adesivos, e passou a cantar o Hino Nacional.

AUMENTO DE ENTIDADES

Para Néelson Nahon, eleito vice-presidente da Famerj, "o Congresso reflete o grau de organização e maturidade política do povo do Rio de Janeiro. Foi um congresso representativo, combativo e com predominância de setores mais pobres da população". Marcos Melo, diretor escolar no Congresso, acha que "a vitória do 2º Congresso se pode medir pelo substancial aumento de entidades de moradores que participaram este ano".

A maioria dos delegados do 2º Congresso da Famerj decidiu pela filiação desta entidade à Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). João Bosco, que representou a Conam no Congresso, achou que esta foi "uma decisão importante junto com a resolução de encaminhar essa questão para o Conselho da Famerj decidir. Assim, abre-se a perspectiva da Conam passar a ser reconhecida pela única Federação estadual que ainda relutava a fazê-lo".

(da sucursal)



Os secundaristas — com uma grande tradição de lutas — se preparam para o Congresso

Secundaristas se reúnem em julho, em Minas Gerais

Será realizado em Belo Horizonte, nos dias 5, 6 e 7 de julho, o XXIV Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Este evento adquire importância significativa pelo fato de ser o primeiro congresso feito após a queda do regime militar. O principal tema dos debates deverá ser sobre as propostas dos estudantes para a construção de uma nova escola e a consolidação da democracia no país, rumo à Constituinte de 86.

É necessário o debate em torno do Programa de Emergência da UBES, para torná-lo mais concreto, tanto em relação às verbas necessárias para o ensino quanto em relação à mudança dos objetivos da educação brasileira. Além disso, temos de reforçar a luta atual pelo fim do

entulho autoritário nas escolas, a luta pelo grêmio livre e pela eleição dos diretores de escola.

Este será sem dúvida um dos mais importantes congressos da UBES. Portanto é necessário criar condições para que participe o maior número possível de estudantes. O número das delegações, bem como a taxa de inscrição — Cr\$ 15 mil — precisam ser garantidos. Os delegados ao Congresso devem ser eleitos nas escolas através de assembleias, com quórum mínimo de 5% dos estudantes, ou através do voto em urna, com o mínimo de 10% de votantes, ou em reunião do conselho de representantes de classe, com a presença da maioria.

(Davi Molinari, tesoureiro da UBES)

Situação se mantém na Apeoesp

A Chapa 1, da situação, liderada pelo professor Gumercindo Milhomen Neto, ganhou as eleições para a principal entidade do professorado paulista, a Apeoesp. A Chapa 1 conseguiu 14.877 votos, cerca de 55% dos votos. A Chapa 2, liderada pela professora Lílian Martins, obteve 8.568 votos, cerca de 32% dos votantes. Em terceiro lugar ficou a Chapa 3, com 8,8% dos votos, cerca de 2.370.

Permanece na entidade parte da diretoria anterior, engrossada por setores trotsquistas, que tendem a estreitar a atuação da diretoria junto à categoria. Ou seja, houve uma mudança qualitativa na diretoria da entidade. Na anterior,

havia ainda algum espaço para outros setores que não os mais ardorosos defensores do PT e da CUT. Com a nova composição, a diretoria passa a se identificar com o setor mais esquerdista do PT.

A Chapa 2, que surgiu com amplitude e possibilidades reais de ganhar, perdeu oportunidade durante a campanha eleitoral. Embora defendendo posições políticas mais amplas e um compromisso com a questão educacional, foi pouco ousada na defesa de suas posições. Seus membros e simpatizantes tiveram uma atuação tímida. E não souberam responder na devida medida às falsas acusações proferidas tanto pela Chapa 1 como pela Chapa 3.



“No sertão idade adulta começa aos 10, no cabo da enxada”

A União da Juventude Socialista foi a única organização juvenil presente no 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado no final do mês de maio em Brasília. Os lavradores receberam com simpatia e carinho as idéias e os propósitos do movimento. Tanto foi assim que mais de duzentos líderes sindicais se filiaram à UJS. Por iniciativa também da UJS, o 4.º Congresso aprovou a realização de um encontro nacional de jovens trabalhadores, a se realizar em 1986, precedido de encontros estaduais.

Dezenas e dezenas de sindicalistas entusiasmados

com o objetivo de fortalecer a luta sindical comprometeram-se com a fundação nos seus municípios de núcleos da UJS. Com este fim, levaram fichas, carteirinhas e exemplares do “Jornal da Juventude”. A própria média de idade do Congresso (cerca de 90% dos presentes tinham mais de 35 anos) ajudava os sindicalistas a compreender que muito ainda deve ser feito para ganhar os jovens para a luta contra o latifúndio.

Raimundo Chaves, 20 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poranga, Ceará, saudou com alegria o surgimento da UJS: “No sertão,

a idade adulta já começa aos 10 anos ou antes, com o cabo da enxada. No interior, não chegam informações, não circulam os direitos dos jovens. Nós vamos esperar o envio de cartas e jornais de vocês. Precisamos fazer uma corrente a nível nacional”. Já o senhor Mário Félix, da cidade de Araripe, e com 63 anos, levou broches da UJS “para os filhos e netos”. Levou também muitos jornais. “Vou incentivá-los a fazer um núcleo da União da Juventude Socialista” — disse. (Adalberto Monteiro, membro da Coordenação Nacional da União da Juventude Socialista)

É grande desprezo pela vida de quem usa INPS

O desprezo pela vida dos cidadãos que procuram os hospitais do INAMPS é muito grande. Para não pagar o salário normal de um enfermeiro qualificado, eles usam funcionários da faxina para ministrar medicação aos doentes.

Os poucos enfermeiros qualificados não podem

continuar no seu trabalho pois recebem salários de fome - Cr\$ 300 a Cr\$ 400 mil por mês. São, portanto, obrigados a trabalhar em dois ou mais empregos para sobreviver. Isto sem contar o constante risco de vida que esses profissionais correm por tratar com todo tipo de doenças contagiosas.

O Sindicato da categoria

é aliado dos patrões donos dos hospitais. Aliás, o presidente é advogado e, na hora de acertar contas, lesa os funcionários, faz acordos com os patrões.

Eu, Waldir Barreto de Oliveira, trabalho na Secretaria de Higiene e Saúde de São Paulo para ganhar Cr\$ 400 mil por mês; minha mulher é auxiliar de Enfermagem do INAMPS e ganha também Cr\$ 400 mil. Nós, que precisamos de tranquilidade para lidar com os doentes que procuram o hospital, não temos paz, pois os problemas salariais nos deixam desesperados.

Pedimos providências às autoridades de Saúde. Em primeiro lugar, pagando salários dignos aos profissionais e, em segundo, fiscalizando a área para que só profissionais qualificados possam exercer a profissão, pois a vida do cidadão é coisa muito séria.

Também apelamos aos colegas para que se sindicalizem, para que nas próximas eleições consigamos empossar uma diretoria que batalhe de fato pelos interesses da categoria. (Trabalhadores de Saúde em São Paulo, SP)



Estudantes expulsos na Anhanguera

Há alguns dias, ocorreram alguns fatos que desencadearam uma luta legítima do conjunto dos estudantes da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, que lutaram pela devolução do estacionamento que lhes fora tomado por uma atitude fraudulenta e imoral da direção da FACH. Na ocasião, os estudantes revoltados puseram abaixo o portão que trancava o estacionamento, que por mais de oito anos serviu gratuitamente os estudantes. No bojo destas lutas foram também desencadeadas campanhas pela democratização da escola, devolução dos carnês de pagamento e pagamento e ampliação do quadro de professores. Exatamente no dia seguinte, os diretores da FACH abriram

inquérito judicial contra o presidente do Diretório Acadêmico, o companheiro Antônio Luiz Barros, e o estudante José Mauro. Em seguida sairia a expulsão de Ubaldo de Jesus, atitude que o conjunto dos estudantes reprovou com veemência.

Depois, aconteceu a expulsão de Antônio Luiz Barros, atitude que revoltou a comunidade universitária de Goiás, e principalmente a nós, estudantes da FACH. O que mais nos espanta é a atitude oportunista da direção da Faculdade, porque está bastante claro que ela deseja um DA atrelado.

Gerou-se na Faculdade uma questão política muito séria. De um lado, a direção autoritária que tenta assas-

inar o movimento dos estudantes, e de outro lado, com o apoio total dos estudantes e de grande parte dos professores, os colegas que tiveram seus direitos de lutar por uma escola democrática e participativa cassados da forma mais vergonhosa possível.

Com isto queremos chamar a atenção dos bravos leitores deste jornal para fatos como este, que envergonham a nossa história, e alertar que ainda estão bem fortes os aparelhos de repressão da finada ditadura militar. Queremos garantir ainda que o movimento estudantil na FACH não vai parar. Nós que ficamos, vamos fazer daquela faculdade um instrumento da democracia. (Estudantes da Faculdade — Goiás)

Na luta mulheres conquistam um Conselho Nacional

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher será o reconhecimento, pela Presidência da República, de que existe uma condição feminina que é a da subalternidade e do atraso das mulheres em relação aos homens, e de que deve ser combatida. Chegar ao estágio de criação de um órgão nacional para combater o preconceito e a discriminação contra a mulher só foi possível porque o movimento de mulheres, marcadamente o movimento feminista moderno, que apareceu a partir de 1975 sob a égide da Década da Mulher instituída pela ONU, avançou e foi capaz de criar condições para que mulheres o reivindicassem. Esse Conselho, que há mais de um ano é bandeira de luta da Comissão Nacional de Mulheres do PMDB, do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, de grupos de mulheres e personalidades femininas, deverá ser um instrumento de todas as mulheres brasileiras e das estrangeiras que vivem em nossa pátria. Deverá ser um órgão forte o bastante para ser a instância máxima, no país, para traçar políticas públicas relativas à mulher. E fazer

com que todos os órgãos públicos por onde repassa a questão da mulher acatem e executem suas políticas. Deverá incorporar e defender as bandeiras de luta que o movimento feminista acumulou nesses últimos dez anos, entre as quais obrigatoriamente: mudança da educação diferenciada que se dá para meninos e meninas; criação de creches como instituições educacionais em locais de trabalho e moradia; reformulação da CLT, do Código Civil e do Código Penal; implantação de programas de assistência integral à saúde da mulher em todos os municípios; combate à violência exigindo punição para os agressores, principalmente estupradores e assassinos de mulheres, e a despenalização da prática do aborto.

O movimento autônomo de mulheres, creio, deverá exercer o papel de fiscalizar e cobrar do futuro Conselho o cumprimento das tarefas para as quais está sendo criado e que são defendidas, hoje, por aqueles que o irão dirigir, (Alfredo Marco Antônio, vice-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina)



Amamentação, um ato de amor e um direito social

Não basta a repetição constante de que é importante o aleitamento materno. É necessária uma mudança de postura política das autoridades constituídas.

Nós, mulheres, que lutamos por nossa emancipação, repudiamos as ações políticas que manipulam nossos corpos, nossas funções orgânicas e sociais. Programas governamentais são muitas vezes adotados segundo interesses estranhos à nossa condição feminina, afetando diretamente nossas atividades profissionais, educacionais, sociais e políticas. É o caso específico da amamentação que, em última instância, deveria ser uma decisão exclusivamente das mulheres.

Pesquisas demonstram que a grande maioria das brasileiras sabem o quão importante é a amamentação. Em 1981, segundo pesquisa realizada pela UNICEF/CEBRAP, 44,4% das mulheres em São Paulo e 62,6% em Recife consideravam que deveriam amamentar até os 6 meses.

Este tema tem sido alvo de discussões de cientistas e órgãos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde. Entre 12 e 15 de maio, realizou-se em Porto Alegre o

I Congresso Pan-Americano e o II Congresso Brasileiro de Aleitamento Materno. Entretanto, do nosso ponto de vista, deu-se ainda pouca ênfase à elaboração de propostas políticas para solucionar de forma mais eficaz a atual situação de desmame precoce.

A propaganda no local do congresso de empresas como Zivi Hércules, onde o leite materno das operárias é retirado por máquinas sofisticadas e distribuído posteriormente nas vilas, é no mínimo abominável. Essas empresas devem cumprir a legislação trabalhista, mantendo um berçário para que as operárias possam amamentar seus filhos.

Faltou ainda apontar a necessidade urgente de se traçarem políticas que garantam a infra-estrutura: creches nos locais de trabalho, estudo e moradia, estabilidade para a gestante etc. Para isso é necessário inclusive modificar a legislação. Esperamos que a Nova República assumirá de fato uma política de respeito e justiça às mulheres e à maternidade, em particular das trabalhadoras.

(Maria Amélia Teles, presidente da Comissão de Mulheres de São Paulo)



fala o POVO

A União da Juventude Socialista marcou presença no 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília de 25 a 30 de maio. Segundo carta de um coordenador nacional da entidade, cerca de 200 jovens lavradores engrossaram as fileiras da UJS durante o evento.

O fato revela grande importância, na medida em que a juventude rural brasileira tem poucas opções de participação e de organização. A União da Juventude Socialista oferece uma proposta política além de possibilidade da lazer para os jovens trabalhadores rurais. (Olívia Rangel)

Algumas lições da greve na Sanasa em Campinas

A unidade na luta por melhores salários e condições de trabalho foi a tônica da greve decretada na Sanasa, empresa responsável pelo abastecimento de água em Campinas, no dia 20 de maio.

Apesar da decisão dos trabalhadores de aderir à greve, às 06h00 m deste dia houve uma dificuldade inicial devido à repressão dos chefes da empresa: usando a PM eles procuraram tirar aos empurrões os grevistas da frente do portão da empresa. Mas, houve depois uma coesão, até às 10h00 m havia aproximadamente 150 trabalhadores parados, aumentando com o passar do tempo para aproximadamente 400. A empresa tem 1.200 trabalhadores e os mesmos não têm sindicato e nem associação que os represente, inclusive nunca fizeram uma greve sequer. O funcionário mais antigo que conta 18 anos de firma nos disse que nunca viu um movimento desse tipo dentro da Sanasa. Isso devido à própria repressão interna dentro da empresa.

Os saldos positivos desta greve foram: o presidente da empresa, que é o vice-prefeito de Campinas, garantiu não descontar o dia não trabalhado pelos grevistas; a estes foi assegurada a não-punição e sem demissões, 48 horas de prazo para novas negociações entre a diretoria da empresa, Federação e sindicatos. Nesta luta, que é a mesma de toda a classe operária, estiveram prestando solidariedade o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Campinas, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, os Urbanistas de Santos, o Sindicato da Purificação de Água de São Paulo, que teve arbitrariamente seu veículo apreendido pela Polícia Militar.

(Antônio da Silva Ortega, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)

UBES mobiliza secundaristas por democracia escolar

Dando prosseguimento à série de Encontros Regionais de Centros Cívicos Estudantis, a UBES promoveu mais quatro nos dias 18 e 19 de maio, ao reunirem-se 100 CCEs e 700 estudantes. No sábado, realizaram-se os encontros de Guarulhos, ABC e na Zona Leste da capital. Em Guarulhos, compareceram 200 estudantes e 20 CCEs. O deputado Nefi Tales deu seu apoio à luta pelos Grêmios Livres. Um deputado federal do PMDB se colocou contra o Grêmio e foi bastante questionado pelos presentes. O diretor da UBES, Davi Molinari, lá esteve e defendeu a volta da democracia nas escolas.

No ABC estavam presentes representantes de várias cidades da região, num total de 15 CCEs e 200 estudantes. O deputado Fernando Lessa, o representante da DRE, dois vereadores de Santo André e o delegado de Ensino foram as autoridades presentes, todos apoiando o nosso processo de eleição da nova diretoria da UMES de Santo André. O encontro da Zona Leste foi o maior realizado na capital: 25 CCEs e 100 estudantes debateram e apoiaram o direito à autonomia dos estudantes em cada escola. A DRECAP 2 esteve representada pela professora Maria de Lurdes e pela supervisora da 11.ª D.E. A UMES foi representada por três diretores. Em Ribeirão Preto o encontro se realizou no domingo e lá estiveram 7 cidades da região, entre elas Franca, Jaboticabal, Araraquara, Bororema; 30 CCEs e 200 estudantes exigiram o direito à livre organização e o fim às perseguições das direções das escolas ao movimento estudantil secundarista. O delegado de Ensino de Ribeirão Preto, a diretora da escola Otoniel Mota, um vereador de Ribeirão, o representante do deputado Wagner Rossi, além de representantes do PC do B e outros partidos foram as autoridades presentes. Ao final se decidiu pela formação de Comissões pró-Grêmio e debates sobre Constituinte em cada escola. Os estudantes de Ribeirão Preto formaram a Comissão pró-construção da UERP (União Estudantil de Ribeirão Preto). O encontro teve a direção do estudante Daniel P. Santos e a presença de representantes da UBES (Sueli Scutti, diretora da UPES)

Fundação Maurício Grabois



Foto César Diniz

Perseguida por muito tempo, a capoeira começa a ganhar a luz do dia e ser respeitada

Capoeira, o esporte que teve início nas lutas dos negros

Andando em círculos no palco, batendo o berimbau, mestre Trindade vai relatando: "1540, Brasil Colonial. Para o branco, a liberdade e a riqueza. Para o negro, a escravidão. O negro não podia ter armas. Desenvolvia uma luta, disfarçada em canto: a capoeira. Uma luta logo proibida, perseguida, marginalizada. Hoje ela é arte, esporte, folclore, ginástica, defesa pessoal".

Assim teve início o batismo de capoeira da Academia Netos de Amaralina, dia 2, em São Miguel Paulista. O M.P.A. Circo estava lotado. Ao som de atabaques, berimbaus e cantos negros — em geral abordando a luta contra a escravidão — homens e mulheres eram "batizados" pelos seus professores: um tombo aplicado com maestria, e o recebimento do cordão verde.

Em São Paulo existem mais de 500 academias de capoeira,

"mas somente umas 100 estão registradas na Federação de Esportes", conta mestre Trindade. "Cada academia tem de 100 a 200 alunos, por aí dá pra se ter uma idéia de como é praticado esse esporte hoje em dia. Tem advogado, engenheiro, médico praticando. Mas a maioria dos que frequentam as academias são trabalhadores de baixa renda."

Mestre Trindade conta que a capoeira está vencendo as barreiras, os preconceitos, "mas ainda existe uma perseguição, não-visível, a esse esporte. Muitas academias misturam a capoeira com a religião de umbanda ou com escola de samba. É um tratamento incorreto, que contribui para afastar algumas pessoas".

Apesar disso, mesmo mulheres começam a praticar o esporte: "Elas são atraídas pela cultura, querem conhecer melhor, e tem também a questão da ginástica, da defesa

pessoal. Na minha academia mesmo, tenho umas 20 alunas. Mas existem academias que não aceitam mulheres. É um preconceito que vai acabar sendo vencido".

Um curso de capoeira tem duração de três a quatro anos, dependendo do desenvolvimento do aluno. Existe uma graduação, representada por cordões (à semelhança das várias faixas do judô) verde, verde-amarelo, amarelo, amarelo-azul e azul. "Quem chegou à graduação mais elevada sabe, além do jogo de corpo propriamente, também os primeiros-socorros, a tradição da capoeira, a seqüência de ginásticas etc.", conta Trindade.

Das senzalas, dos guetos escuros, a capoeira vai ganhando a luz do dia. Vai vencendo os preconceitos, vai sendo respeitada enquanto esporte surgido das necessidades, das lutas do povo. Vai fazendo valer o seu direito à vida.

Exposição leva a Constituinte às ruas

"Constituinte e Constituições Brasileiras" é a exposição montada pela Secretaria de Cultura da capital paulista num de seus pontos mais movimentados: no início do Viaduto do Chá, por onde passam centenas de milhares de pessoas diariamente. E não dá outra: debates, discussões e conversas sobre a luta pela Assembléia Constituinte livre e soberana.

"Constituição é a lei de um Estado, a lei que regula a maneira de o país se organizar politicamente e escolher seus governantes, que define sua ordem econômica e social e discrimina os direitos políticos e culturais de seus cidadãos (...).

"Naturalmente, uma Constituição será tanto mais democrática quanto maior e mais livre for a participação popular na eleição e nos debates da Constituinte e quanto mais elevado for o nível de organização e consciência política do povo."

A definição, extraída da coleção "Retrato do Brasil", abre a série de painéis que relatam, através de textos, fotos e ilustrações, o histórico das várias Constituições brasileiras, e a luta que atualmente se trava para garantir uma Carta Magna que avance no sentido das mudanças que o Brasil reclama.

Trabalhadores, donas-de-casa, estudantes param diante dos painéis e logo a discussão começa. "A história se repete", afirma Elza Magalhães, dona-de-casa, ao ler o último dos textos expostos: "De D. Pedro I até hoje, é o povo na rua reclamando uma vida melhor, e os governantes dando um jeito de ficar por cima, cuidando dos interesses deles".

"Mas a gente sempre consegue alguma melhora", responde o estudante Eduardo Guazetti, secundarista. "A senhora veja que antes eram os ge-



Foto César Diniz

Da Constituinte de 1824 à atual luta pela Constituinte

nerais que faziam as leis. Agora, até analfabeto vai votar na eleição da Constituinte".

SINDICATOS TÊM DE DISCUTIR

Janete Lima, operária têxtil, conversa diante de uma foto mostrando o presidente Tancredo Neves no momento em que vencia a eleição no Colégio Eleitoral: "É preciso a gente garantir a defesa dos nossos interesses nessa Constituinte. Os sindicatos vão ter de discutir esse assunto. Ver que candidato apoiar. Porque os patrões sempre têm dinheiro pra garantir a eleição de seus homens. E nós, operários, como vamos participar dessas novas leis? Tem que ter direito de greve, salário justo. Tem que ter direito ao trabalho e salário-desemprego".

Dona Neuza, uma professora, também tem suas preocupações: "Eu sou mãe social. Cuido de oito menores abandonados. Mas toda obra de menor é um paliativo. O que a criança precisa é ter educação,

condições de conseguir um emprego. Ajudar o menor, como eu faço, é bom. Mas o correto é o menor não precisar de ajuda. A Constituinte vai ter de abordar esse problema. Garantir um ensino profissional. Eu sempre debato esses assuntos com minhas crianças".

O engenheiro M. B. Carvalho não participou das recentes lutas populares pelas diretas e pela eleição de Tancredo Neves. Estava na Europa, a trabalho. "Mas agora que voltei vou me filiar em algum partido político e atuar na luta pela Constituinte. Eu participei do programa nuclear brasileiro, e sou contra esse projeto. Mas nós, os cientistas, não fomos chamados a opinar sobre o assunto. Isso é errado. É um direito do cidadão discutir essas coisas, e a Constituição deve garantir esse direito."

LUTA CONTRA O LATIFÚNDIO

O metalúrgico Celso Luís veio do Nordeste. E, embora operário, sua preocupação maior está relacionada com o campo: "Ainda não sei bem como tratar dessa questão na Constituinte. Agora mesmo estão falando em fazer a reforma agrária. Mas não basta dividir as terras. Deve-se garantir a proteção do trabalhador contra o latifúndio. Meu pai tinha umas terrinhas. Mas perdeu tudo e a gente acabou vindo pro São Paulo. Acho que a Constituinte tem que dizer alguma coisa sobre isso. Em todo caso, não é só a lei que vai garantir nossas terras. Vamos precisar sempre estar lutando contra os latifúndios".

Essas são algumas das muitas observações feitas em torno da exposição. Ela continua até o final do mês no Viaduto do Chá, e depois passa a ser montada nos vários bairros da cidade.

A arte de Itiúba e João Moura

Rubens Itiúba e João Moura apresentam **Ciclo das Noites**, show onde mostram a produção artística que acumularam ao longo de suas carreiras. Itiúba há 11 anos atua em São Paulo, junto com Filó, Waldir da Fonseca, Celso Machado, Tião Pelado, Djavan e outros. Em 1983 fez uma **tournee** por quatro países da Europa levando o **show Raízes**,

que, de volta ao Brasil, apresentou em São Paulo, Rio, Minas e no Nordeste.

De janeiro a julho de 1984, Itiúba coordenou a parte artística de 92 comícios na capital e interior de São Paulo pelas diretas e depois para a campanha Tancredo Neves. Colaborou, ainda, na parte artística do ato pela legalidade do PC

do B, em março, no Pacaembu. O cantor também elaborou um projeto de circuito universitário com novos compositores, grupos e músicos da MPB, que foi remetido, inclusive, a outros países, como a Nicarágua. No "Ciclo das Noites" ele aborda como tema os músicos da noite, seus amores e frustrações — tema também de seu segundo livro, que tem o mesmo nome e está para ser publicado.

João Moura, o "Pernambuco", é operário gráfico, e há cinco anos trabalha também com a música em São Paulo. Apresentará, no espetáculo, toadas, frevos, macaratus, repentes, forrós e baiões de sua autoria. Os costumes, a vida e as esperanças do nordestino são seu tema. "Ciclo das Noites" será apresentado de 6 a 9 de junho, às 21 horas, no Teatro Aplicado, Av. Brig. Luiz Antônio, 931, São Paulo.



Itiúba: canções e poesias

João Moura: ritmos nordestinos



Foto César Diniz

Sete blocos de painéis discorrem sobre as Constituições brasileiras

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000. Maceió: Rua Cincinnati, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439. Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (início da antiga Cimesis) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARA - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de

Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Avenida Goiás, 657 (esquina com a Rua 4), sala 201. Fone: 223-5571. Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428. Fone: 234-7484. CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vígrio Salleta, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109. Alecrim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias

do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andraza Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Victorino, 746-A - CEP 96200.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedroza, 33, sala 319 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravá, 446, fone: 2-8345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Paetup, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorúes, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde. Labore com a Campanha Nova República da T.O.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 100.000
 Anual Popular (52 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral Popular (26 edições) Cr\$ 25.000
 Assinatura trimestral (17 edições) Cr\$ 12.500
 Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

Endereço e caixa com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

Vitória dos lavradores sem terra

O Incra vai comprar mil hectares de terra para assentar em caráter de emergência os posseiros que, até o último dia 3 de junho, ocuparam cinco latifúndios de quatro municípios no oeste de Santa Catarina. Com isso, chegou-se a um acordo provisório na região, onde 1.300 famílias conseguiram, a partir de agora, um chão para cultivar e morar.

As ocupações dos latifúndios começaram no dia 26 de maio, quando mais de 10 caminhões, transportando famílias sem terras, se deslocaram de vários municípios em direção a Abelardo Luz, São Miguel do Oeste, Mondai e Romelândia. Os latifundiários foram pegos de surpresa. Os trabalhadores aproveitaram a festa de Nossa Senhora do Caravaggio, que se realizaria em Guaraciaba, para deflagrar a operação integrada de ocupações simultâneas. Como a festa atrai milhares de peregrinos de toda a região, o comboio de caminhões com os sem-terra não despertou suspeitas e eles ocuparam os latifúndios sem resistência.

"Queremos terra, queremos paz e não guerra"

A maior e mais ousada invasão ocorreu em Abelardo Luz, onde 1.000 famílias (cerca de 5 mil pessoas) ingressaram em latifúndios, ocupando 1.300 hectares. Os posseiros são de Ronda alta (Rio Grande do Sul) e do oeste catarinense, especialmente Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, Xanxerê, Abelardo Luz, Caxambu, Pinhalzinho e Saudades. "Estamos desempregados, sem comida e queremos terra para trabalhar", afirmaram, justificando seu movimento.

Apanhados desprevidos, os latifundiários logo ensaiaram

sua reação. Passaram a pressionar a polícia para que os lavradores fossem expulsos, criando um clima que beirou o conflito armado. "Queremos terra, queremos paz e não guerra", avisava uma inscrição na entrada do acampamento em Abelardo Luz. Os sindicatos patronais várias vezes anunciaram o despejo dos ocupantes, e o juiz concedeu liminar respaldando a expulsão. Mas os setores democratas passaram a articular o apoio aos trabalhadores, que conseguiram suportar e vencer as pressões dos reacionários.

O acordo firmado entre trabalhadores e governo restaurou, em parte, a tranquilidade. O governo do Estado comprometeu-se a providenciar 1.000 hectares de terra para assentar as famílias, que serão identificadas pelo cadastramento social do Incra em Abelardo Luz, Descanso, Quilombo, São Miguel, Romelândia e Mondai.

Enquanto isso, o Incra estudará a aquisição e desapropriação de 20 mil hectares de terra. O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e o Incra se comprometeram a agilizar o processo de desapropriação já existente em áreas anteriormente identificadas, para que seja finalizado em 90 dias. O projeto será adequado ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

A garantia de assistência médica e hospitalar, de fornecimento de alimentação e remédios, agasalhos e utensílios con-

tribuiu para que os lavradores aceitassem de imediato o acordo, pois atende-lhes necessidades imediatas. As crianças estão enfrentando problemas de saúde. É época de muito frio, e há falta de agasalhos — as famílias aquecem-se diante de fogueiras. Também é época de chuva, e os posseiros estão instalados em barracas de plástico, papel ou pedaços de lona. As doenças respiratórias (gripes, pneumonias) castigam os lavradores.

Mais de 32 mil famílias não têm onde trabalhar

Entretanto o acordo não resolve em profundidade a problemática dos sem-terra na região. Há mais de 32 mil famílias rurais que não têm onde trabalhar. Vivem miseravelmente nas periferias urbanas ou nos campos, como subempregados. Querem a reforma agrária mas, como disse um dos posseiros de Romelândia, "queremos ficar aqui, e não ir ao Norte ou Centro-Oeste", lembrando a desastrosa tentativa de ocupação da Amazônia patrocinada pelo regime militar nos anos 70.

Mesmo sendo densamente ocupado, o oeste de Santa Catarina — região tipicamente minifundista — registra algumas áreas de predominância latifundiária. Ali se concentram problemas sociais graves e potencialmente explosivos. E, se há 32 mil famílias sem terras no oeste e pouco mais de 2 mil participaram das atuais ocupações, como ficará a situação da maioria restante? O movimento no oeste catarinense é apenas um alerta para a gravidade do problema no Estado. (da sucursal de Chapecó)



Foto: Osvaldo Nocete



Foto: Maristela Matiel

Os posseiros enfrentam condições adversas, mas não abrem mão de lutar pela terra no Oeste catarinense

Brutal exploração nas minas de Criciúma



Foto: Roger Beater

Os operários têm de ficar curvados, pois algumas galerias possuem apenas 1,5 metro de altura; a média de vida do mineiro é de 50 anos, quando a morte não o surpreende no próprio trabalho, como ocorreu recentemente em Urussanga.



Foto: Orestes Araújo

Em Criciúma, sul de Santa Catarina, a profundidade de uma mina de carvão pode ultrapassar 100 metros. Ali trabalham 13 mil operários, enfrentando as piores condições de insalubridade e o mais alto índice de acidentes de trabalho do Estado, para extrair o combustível que alimenta os fornos gigantes das siderúrgicas Cosipa, CSN e Usiminas.

Os mineiros de Criciúma ganharam destaque nacional no passado pela sua combatividade, responsável por cinco greves entre 1958 e 1963 e até por uma corajosa greve de resistência ao golpe militar de 1964.

Depois do golpe, Criciúma sentiu na carne o ódio dos generais no poder. Vários líderes foram presos e o Sindicato dos Mineiros sofreu intervenção, enquanto o movimento entrava em refluxo.

As antigas tradições de luta, porém, não foram esquecidas. É o que mostra o livro "A pirla humana — os mineiros de Criciúma", da professora Terezinha Volpato. E é o que a **Tribuna Operária** pôde constatar ouvindo diretamente os relatos, denúncias e aspirações de vários mineiros (que, temendo perseguições, pediram para não citarmos seus nomes).

VIDA ÚTIL: 15 ANOS

"A gente trabalha seis horas por dia; por questões de insalubridade, não é possível trabalhar mais que isto", declara um mineiro. O "pó de carvão", produzido em profusão pelas máquinas e cujos malefícios são agravados pela falta de ventilação eficiente, provoca a pneumonose, uma grave doença pulmonar. Com isso, a vida útil de um trabalhador das minas fica rebaixada para 15 anos e a expectativa média de vida, para 50 anos.

"Eu falei para você que a gente trabalha seis horas — agrega o operário —, mas tem um detalhe: são seis horas na produção; o tempo gasto para ir da 'boca da mina' (na superfície) até o local da produção, e a volta, não está incluído aí. Eu levo 30 minutos indo e 30 voltando, o que soma sete horas na mina, mas só recebo por seis e meia.

As condições de trabalho são as piores. A altura de uma galeria, em alguns casos, é de apenas 1,5 metro, obrigando os trabalhadores a

ficar as seis horas curvados. Além disso, não existe banheiro.

Os acidentes de trabalho são frequentes. Em 1980, 24,4% dos mineiros foram vítimas de acidentes de trabalho, contra 17% na construção civil e 11% na indústria metalúrgica de Santa Catarina (dados da DRT-DMST). No ano passado, um único acidente numa mina de carvão causou a morte de dezenas de trabalhadores em Urussanga, ao lado de Criciúma.

"Segurança para os mineiros não existe — desabafa um operário. O que tem é um mínimo de segurança para a mina; pois, afinal, o patrão não vai querer perder a sua propriedade".

Apesar de todo este risco, e da condenação à morte aos 50 anos de idade, o salário pago aos mineiros é um dos mais baixos do país: Cr\$ 580 mil por mês, incluindo aí o adicional de insalubridade de 40%. Quando um mineiro se aposenta, o salário cai para Cr\$ 400 mil. E depois da sua morte, as famílias não recebem qualquer tipo de assistência.

"O reajuste salarial é discutido a portas fechadas entre os patrões e o Sindicato; os mineiros não são nem ouvidos", reclama outro trabalhador, que agrega: "A CIPA é eleita assim: o patrão indica os dois nomes, a gente por medo de ir para a rua não indica ninguém e o resultado é chapa única do patrão. Na hora de votar, a gente não vota nos nomes indicados e sim em outros companheiros, mas tudo isso sem organização".

Quanto aos direitos garantidos por lei aos mineiros, os entrevistados foram unânimes em declarar: "Só estão no papel; se a gente exige que eles sejam postos em prática, corre o risco de ser demitido".



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois